

Maykon Rodrigues dos Santos

Entre secos e molhados: a participação das mulheres Mina no pequeno comércio e a construção de identidades. Vila Rica, 1773-1794.

Monografia de Bacharelado

Departamento de História
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana, 2008.

Maykon Rodrigues dos Santos

Entre secos e molhados: a participação das mulheres Mina no pequeno comércio e a construção de identidades. Vila Rica, 1773-1794.

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em História.
Orientador: Prof.^a Dr.^a Claudia Chaves.

Departamento de História
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana, 2008.

À minha família. Porto Seguro e fonte
inesgotável de incentivo, afeto e amor!

Agradecimentos

O fim deste trabalho representa o encerramento de mais uma etapa em minha vida. Mesmo não sabendo ao certo o que me espera na próxima cena, desta que como diz Shakespeare, é um grande palco, só cheguei aqui porque pude contar com pessoas que, das mais variadas formas e nos mais diversos momentos, me ajudaram a seguir em frente. Aos vários outros atores do espetáculo, dirijo meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, queria dizer obrigado à minha família. Aos os meus pais (Manoel e Lenilde) posso vir a dizer tudo e, ainda assim, será pouco. A eles devo tudo! Seus exemplos de vida são meu maior valor. Meus irmãos, Nem, Nide, Nete, Edmilson, Rosa, Ezzo e Enio, sempre foram bons exemplos para o caçula que tanto os ama. E o que dizer dos filhos (as) deles? Minhas amadas sobrinhas Jéssica, Thais, Isabele, Marcela, Maria Luiza, Julia, Ana Clara e Maria Clara; e meu querido sobrinho João. Há, a cegonha prepara outra para este ano. Bem, digo apenas, igualmente, amo muito vocês. Ter uma família tão unida como a nossa é uma dádiva em minha vida! Esta conquista é mais de vocês do que minha.

Quando nem imaginava ser um historiador, se é que assim posso me considerar, ainda na adolescência, formei amizades que trago até hoje: Ananda, Julio, Dany, Roberta, Rodrigo e Bruno. A distância e a falta de contato que temos

atualmente nunca me fez esquecer a importância que vocês tiveram e têm em minha vida.

Ao chegar em Mariana fui recebido com afabilidade imensurável na República Sé, aonde conquistei mais do que amigos, alguns considero irmãos. Enio, vulgo WK3, sempre pronto a conversar, mais ainda a ajudar. As tabelas deste trabalho são prova disso. Henrique, com quem partilhei tantas conversas e reuniões de CA'S e de comissão de formatura. Eric e seus comentários rápidos e precisos que sempre foram um convite para uma boa risada, como também para reflexões. Rodolfo, Germano, Michel, Lucy, Márcia, Su, Jessé, Magno e Gisa também deixaram em mim o sentimento de gratidão. A vocês e a todos os demais com quem morei, obrigado por duas coisas: carinho em me acolher e paciência em me aturar.

Dos colegas de sala levarei mais do que fotos e boas lembranças. De alguns me tornei amigo e assim pretendo ser por toda minha vida. David, amigo inseparável com quem sempre pude contar. Creio que ele, muitas vezes, acredita em mim mais do que eu mesmo. Joelma, Denise e Viviane amigas dos momentos alegres e, principalmente, dos tristes. Sempre contei com o ombro delas para chorar nos momentos difíceis da graduação. Taty, Simone, Tágila, Mingau, Heloisa, Cris, Ezequiel e Thais os vários momentos que passamos juntos nunca sairão da minha mente. A todos obrigado por compartilhar e fazer deste momento da minha vida bem mais fácil e feliz.

Quem morou em Mariana sabe que num final de semana qualquer, temos casas de amigos para ir a um churrasco, tomar uma cerveja e, principalmente, jogar conversa fora. Papo vai, papo vem e se formam amizades. Ana, Pauline e todas as meninas da Ploc. Senna, Ned e demais cangaceiros. Barba, Pino, Daniel e todos da 11. Vúlvaros. Na graduação também conheci outras pessoas importantes para mim: Everton, Fabiano (Baino), Túlio, Antonio (primo) e Debora (Sr.^a Alves). Aos compas do movimento estudantil, na gestão do DCE Unidade e Luta e na do CAHIS MOVIMENTO-SE!, valeu por ajudar a formar este humilde socialista. Viver 4 anos em Mariana sem vocês teria sido bem mais difícil e, sem dúvida alguma, muito mais monótono e entediante. Às funcionárias Meire, Marli e Cintya, mulheres que no cotidiano ensinaram-me a valorizar o funcionalismo público como parte integrante da excelência existente nas IFES brasileiras.

A alguns professores devo ensinamentos acadêmicos e também de vida. Renato Pinto Venâncio por despertar em mim o gosto por História do Brasil colonial. Álvaro, Virginia e Marco Antonio pelo exemplo de como se dever lecionar com eficiência, prazer e ética. E, por fim, Cláudia, minha orientadora. Já faz quase dois anos que a mesma me escolheu como seu bolsista. De lá para cá foram muitas dicas, livros emprestados, revisões em meu projeto que agora se tornar monografia. Também a vocês meus cumprimentos e gratidão.

Resumo

Este trabalho visa estudar as mulheres do grupo de procedência Mina que atuaram no pequeno comércio em Vila Rica, mais especificamente nas duas freguesias centrais deste termo, Antonio Dias e Ouro Preto, entre os anos de 1773-1794. Enfatizaremos como um saber aprendido ainda na África, atuação dessas no pequeno comércio, pode ser utilizado por tais mulheres para construir identidades em torno da procedência comum, como também ser parte de estratégias de ascensão social, como a compra de liberdade e de escravos, inserção em irmandades e acúmulo de patrimônio. Tal processo tem papel central na construção de identidade em torno da procedência comum. Assim, estudaremos os registros de licença de vendas das referidas freguesias com o objetivo principal de comprovar a alta participação feminina forra e escrava na atividade. Após isso, cotejamos tal fonte com testamentos para identificar nosso objeto, mulheres do grupo de procedência Mina, e a partir desse deciframos o seu universo social e econômico.

Palavras-chave: identidade, pequeno comércio, compra de liberdade e de escravos.

Abstract

This paper aims at studying women from the origin group Mina who were involved in the small trading in Vila Rica, particularly in its central civil parishes Antonio Dias and Ouro Preto, between 1773 and 1794. We are going to emphasize how an obtained knowledge back in Africa, the women involvement in this trading, can be used by these women to build identities through the ordinary origin, as well as be part of social rise strategies, such as freedom and slave purchase, religious order insertion and patrimony accumulation. This process has a central function in the identity construction through ordinary origin. Therefore, we are going to study the permission registers of the civil parish purchase aiming to give evidences that the released women were involved in the trading actively. Later on, we compare this source with wills to identify our object, women from the origin group Mina, and interpret the social and economical universe from this group.

Key-words: identity, small trading, freedom and slave purchase.

Sumário

Lista de gráficos	IX
Lista de abreviaturas	X
Introdução	11
Fontes e Metodologia	16
1. O Tráfico de escravos e a formação de identidades	25
1.1 O nascimento do Mundo Atlântico	28
1.2 Zonas de tráfico entre a África e a América Portuguesa	29
1.3 Nações, grupos de procedência e etnias: as designações do tráfico e as identidades africanas	40
2. Vila Rica: formação social e o pequeno comércio	46
2.1 O universo mercantil e o pequeno comércio nas Minas: caracterização	53
2.2 O pequeno comércio em Vila Rica: quantificação e perfil social	63
3. Identidade negra na América lusa, uma herança africana	76
3.1 Os Mina em Minas	82
3.2 Entre secos e molhados: a participação das mulheres Mina no pequeno comércio e a construção de identidades	93
Conclusão	107
Bibliografia	108
Anexo 01	118

Lista de Gráficos

Gráfico 01 - Número de estabelecimentos fixos das freguesias de Antonio	65
Dias e Ouro Preto (1773-1794)	
Gráfico 02 - Número de estabelecimentos fixos das freguesias de Antonio	70
Dias e Ouro Preto sob o comando de mulheres livres (1773-1794)	
Gráfico 03 - Número de estabelecimentos fixos das freguesias de Antonio	72
Dias e Ouro Preto sob o comando de mulheres escravas (1773-1794)	
Gráfico 04 - Número de estabelecimentos fixos das freguesias de Antonio	74
Dias e Ouro Preto sob o comando de mulheres forras (1773-1794)	

Lista de Abreviações

ACP – Arquivo Casa do Pilar

APM – Arquivo Público Mineiro

ACP – Arquivo Casa do Pilar

CC – Casa dos Contos

CMOP – Câmara Municipal de Ouro Preto

LRT – Livro de registros de testamento

FINSP – Fundo da Igreja Nossa Senhora Pilar

Introdução

Com o desenrolar do processo conhecido como Expansão Ultramarina e a posterior conquista de possessões no ultramar, o Império Português efetivou uma política que uniu a história de suas conquistas nos dois lados do Atlântico: a América Portuguesa e a África. Isso porque o Sistema Colonial tinha como uma de suas principais premissas a bipolaridade entre uma zona de produção escravista, América lusa, e outra de reprodução de mão-de-obra, África.

As navegações européias no Atlântico, durante o século XV, mudaram a história da humanidade. Povos que, até então, não tinham tido nenhum tipo de contato iniciariam trocas comerciais, relações de poder e, principalmente, novos contatos intersociais e uma imigração, forçada ou não, sem precedentes até aquele momento. Assim, por exemplo, povos da América e da África Centro Oeste (atual Camarões), iniciaram comunicação com o mundo externo (Europa e Ásia) pela primeira vez em suas histórias¹.

Luiz Felipe de Alencastro considera que esse é o maior legado de nossa história colonial para a contemporaneidade brasileira. Em suas palavras:

O que se quer mostrar, ao contrário, é como essas duas partes unidas pelo oceano se completam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade marca profundamente o Brasil²

¹ CHAUNU, Pierre. *Expansão européia do século XIII ao XV*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1984.

² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 09.

Continuando em seu raciocínio, o autor expõe um argumento que consideramos central:

De conseqüências decisivas na formação histórica brasileira, o tráfico extrapola o registro das operações de compra, transporte e vendas de africanos para moldar o conjunto da economia, da demografia, da sociedade e da política da América Portuguesa³

Sendo assim, Alencastro chega a um ponto central em nosso trabalho: o escravo africano como sujeito histórico durante sua vida na parte esquerda do Atlântico. Ou seja, ao desembarcar em terras americanas, os escravos africanos o fizeram como portadores de uma cultura, de uma visão de mundo, de determinados signos e com determinada estética que iriam influenciar profundamente sua vida no Novo Mundo.

Como portadores de um aparato cultural, os mancípios africanos resignificaram identidades, vida social, religião, entre outros dentro de um processo dinâmico que tinha limitações impostas pela escravidão e pela nova sociedade em que estavam se inserindo.

Nosso trabalho se centrará sobre como algumas mulheres africanas, escravas e forras, se utilizaram de um saber aprendido na África para ter um papel destacado na América lusa. Enfatizaremos como as mulheres de um grupo de procedência africano, Mina, detinha a preponderância na frente do pequeno comércio em relação a outros grupos e como tal se relaciona a um processo de

³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: a formação do Brasil no atlântico sul...* p. 29.

construção identitária em torno da procedência comum, a região da África conhecida como Costa da Mina ou Baixa Guiné. O processo de identidade tinha no comércio a retalho uma de suas manifestações, mas perpassava outras esferas da vida destas mulheres como a forma de conseguir sua liberdade, os laços matrimônios, a procriação, a vida religiosa (participação em irmandades) e a composição da escravaria.

Nosso estudo tem como recorte espacial Vila Rica, mais especificamente as freguesias de Antonio Dias e Ouro Preto. E como recorte temporal o período de 1773-1794. Nosso foco é o pequeno comércio, estudado através dos registros de licenças para venda e testamentos. A primeira fonte nos permite ter a real idéia do tamanho ocupado pelas mulheres no comércio varejista e, mais especificamente, a dimensão ocupada pelas escravas e forras dentre o contingente feminino. Cotejaremos a relação de comerciantes formada através do estudo das licenças com os testamentos contidos na Casa dos Contos e no Arquivo Histórico da Casa do Pilar para dimensionar o papel ocupado pelas mulheres Mina em tal modalidade. Os testamentos nos permitiram desvendar o universo social e econômico de nosso objeto.

O recorte se justifica pela dimensão alcançada pela população forra nas Gerais do século XVIII a partir da segunda metade do setecentos. Estudar o pequeno comércio ajuda a entender como parte desse segmento social alcançou a condição de forro e como também conseguiu alcançar papel destacado entre os

proprietários de escravos. Além disso, estudos que verticalizam e evidenciam as diferenças existentes entre os vários grupos que compunham a população mancipia, como africanos e crioulos ou então Mina, Angola, pardo, mulato, entre outros têm ganhado espaço na historiografia brasileira e demonstrado a complexidade que a escravidão alcançou no Novo Mundo.

No capítulo 01, intitulado “O Tráfico de escravos e a formação de identidades” empreenderemos um estudo para relacionar como as várias designações que surgiram no âmbito do comércio de almas foram, depois, usadas pelos traficados na construção de identidades em sua nova vida no outro lado do Atlântico. Informaremos como se configurou o comércio de escravos e como este era feito pelos europeus em determinados pontos da costa africana em que o nível de homogeneidade cultural era fortíssimo, fator que se tornaria central na configuração de identidades em terras americanas, formando a base da construção identitária no Novo Mundo.

No capítulo 02, “Vila Rica: formação social e o pequeno comércio”, elaboraremos uma pequena síntese da história econômica e social de Vila Rica, enfatizando as possibilidades que se abriram para o setor comercial, em especial para o pequeno comércio e como tal respondeu as mudanças econômicas ocorridas durante a segunda metade do século XVIII. Também demonstraremos o papel ocupado pelas mulheres no pequeno comércio de Vila Rica com vários

questionamentos. Qual o peso de sua participação? Quem eram? As mulheres forras e escravas tiveram participação substancial?

No último capítulo, “Identidade negra na América lusa, uma herança africana”, faremos um estudo das mulheres Mina que atuaram no pequeno comércio de Vila Rica através dos testamentos. Tal grupo era, realmente, maioria entre a população forra? Qual era seu acúmulo material? Sua posse de escravos? Aspectos familiares? Vida Religiosa? Percebemos atuação enquanto comunidade entre essas mulheres?

Fontes e Metodologia

Neste trabalho utilizaremos fontes de origem administrativa e cartorial, que receberão tratamento metodológico buscado na história social, com uma metodologia quantitativa e qualitativa. Pretendemos alcançar uma complementaridade entre estes dois procedimentos metodológicos que nos permitam um estudo que privilegie a mobilidade de ação dos indivíduos no processo de interação social e o acompanhamento dos mesmos ao longo do tempo.

Uma análise apenas quantitativa, como já apontou vários historiadores⁴, pode resultar em um empobrecimento do objeto. Corre-se o risco de simplificar alguns casos particulares que poderiam revelar muito do objeto a números e dados, perdendo a oportunidade de estudar pormenorizadamente casos específicos que poderiam demonstrar serem muito elucidativos para a compreensão da realidade.

Por outro lado, estudos apenas qualitativos podem resultar em generalizações que uma seriação demonstraria não ser verdadeira. Podemos correr o risco de imprimir superdimensões ao objeto que na correspondem a conjuntura do mesmo.

⁴ CASTRO, Hebe. “História Social”. In. CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo. (orgs). *Domínios da História*. Campus: Rio de Janeiro, 1997e GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In. _____. *A micro história e outros ensaio*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 159-180.

Nosso objetivo ao utilizarmos a metodologia quantitativa e qualitativa é o de se evitar tais simplificações e generalizações, tentando alcançar um equilíbrio entre texto e contexto. Hebe Castro ao se referir a trabalhos que se baseiam nesta perspectiva, assim se refere:

novos métodos quantitativos de leituras e tratamentos de fontes demográficas e cartoriais, em nível de agregações menores que os praticados anteriormente, e sua combinação com fontes qualitativas também vem produzindo excelentes resultados⁵

A base para combinarmos ambas as fontes é o nome. Carlo Ginzburg salienta que através desse se pode acompanhar um indivíduo ou um grupo social através do tempo e em processo de interação com outros indivíduos, em instituições como irmandades, e com o próprio estado. Isso porque o cruzamento de fontes nos fornece uma grande gama de informações de nosso objeto, complexificando e enriquecendo nossa pesquisa⁶.

Procuramos, a partir da seriação e quantificação dos documentos e seu cruzamento com dados qualitativos, estabelecer trajetórias individuais e do grupo de procedência Mina. O tratamento aqui proposto busca um diálogo com a micro-história italiana.

A micro-história italiana surgiu em fins dos anos 70, reunindo vários historiados que estavam ligados pelo seu trabalho em torno da revista *Quaderni*

⁵ CASTRO, Hebe. História Social. In. CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo. (orgs). *Domínios da História...*, p. 52.

⁶ GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In. _____. *A micro história e outros ensaio...* 1989. p. 159-180.

Storici e da coleção *Microstorie*⁷. Seu principal ponto é a redução na escala de análise, que se desenvolve a partir de uma exploração exaustiva de diversas fontes e envolve também uma descrição etnográfica e preocupações com a narrativa textual. Contempla temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades específicas — geográfica ou sociologicamente —, às situações-limite e às biografias ligadas à reconstituição de microcontextos ou dedicadas a personagens extremos, geralmente figuras anônimas, que passariam despercebidas na multidão. A micro-história conta também com forte influência do antropólogo norueguês Fredrik Barth⁸.

A redução de análise, para os micro-historiadores, significa uma multiplicação dos olhares de experiências sociais e das contradições da vida em sociedade, que ficam encobertas em análises de cunho macro. Trata-se, segundo Revel, de um enriquecimento do real, ao trazer para as análises históricas diversas variáveis de um indivíduo ou de um determinado grupo ao longo da vida⁹.

Não almejamos, em nenhum momento, fazer micro-história, e sim, apenas, nos utilizarmos de um recurso metodológico que vem ganhando espaço no campo das ciências sociais em contraponto a crise de paradigmas e aos avanços do pós modernismo em nosso campo. Além disso, tal procedimento nos

⁷ A coleção foi dirigida por dois dos grandes nomes do gênero micro história, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, publicada pela editora Einaudi entre 1981 e 1988.

⁸ Para uma análise da micro-história italiana e a influência de Barth ver REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. Sobre a micro história ver VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002; LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. São Paulo: Record, 2006.

⁹ REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise...*, p. 22-23.

possibilita acompanhar as trajetórias individuais e do grupo de procedência Mina, objetivo principal deste trabalho.

As fontes de origem administrativa são os registros de almotaçaria, que se encontram no Arquivo Público Mineiro. Os registros eram feitos por um funcionário (almotacé) e o cargo era arrematado por um agente privado¹⁰.

A almotaçaria incluía dois funcionários responsáveis pela fiscalização (almotacé), um rendeiro da aferição e do ver e um escrivão. No Códice Costa Matoso temos a definição de todos estes cargos:

Sobre o almotacé:

Oficial nomeado pela câmara para fazer correição ns cidades e Vilas e seu termo, fiscalizando padrões de unidade, garantindo o abastecimento de mercadoria, fixando preços e zelando pelas condições sanitárias dos alimentos. Também cuida da limpeza urbana e fiscaliza obras públicas. Cada câmara nomeia dois almotacés, que servem durante um bimestre¹¹.

Sobre o escrivão da almotaçaria:

Oficial da câmara que escritura autos, diligências e multas na fiscalização de obras, pesos e medidas, mercadorias e visitas de correição, notificando os infratores¹².

¹⁰ Falar sobre a documentação os trabalhos sobre almotaçaria

¹¹ FIGUEIREDO, Luciano (coord. Geral). *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2 v. p.75.

¹² *Idem*, p. 95.

Já sobre o rendeiro da aferição e do ver: “*aquele que contrata a administração da aferição. Acompanha o almotacé nas visitas de correição, devendo averiguar os pesos e medidas, multando os infratores*¹³”.

A fiscalização recaía sobre três dimensões: a do mercado, do sanitário e do construtivo. Segundo Magnus Pereira, estes registros visavam:

(...) em primeiro lugar, no controle das relações de mercado. Em suas periódicas correições pela vila eles verificavam se todas as casas comerciais e oficinas de artesãos tinham a competente licença de funcionamento, se os pesos e medidas estavam corretamente aferidos e se o tabelamento imposto ao comércio era obedecido.¹⁴

Uma forma de averiguarmos a importância destes agentes é saber por quanto foi arrematado o direito de exercer o cargo. Em 1749 a ocupação de escrivão de almotaçaria foi arrematada por 1:230\$000. Como efeito de comparação, o cargo de escrivão da câmara foi arrematado por 1:190\$000 e o de tabelião por 4:060\$000¹⁵. Como se vê, o cargo de escrivão de almotaçaria era arrematado por um alto preço.

Segundo a legislação, a fiscalização sobre o mercado deveria ser efetuada bimestralmente ou trimestralmente em todos os termos da capitania em suas freguesias e arraiais. Momento em que o almotacé fiscalizaria os pesos e medidas

¹³ *Ibidem*, p. 119.

¹⁴ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Almuthasib* - Considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. *Revista Brasileira de História*, vol. 21, nº42. São Paulo: ANPUH/Humanitas 2001. p. 365-395.

¹⁵ Documento nº 84. Catálogo de rendimentos dos ofícios em Minas Gerais. In. FIGUEIREDO, Luciano (coord. Geral). *Código Costa Matoso...* p.373

e também se o preço cobrado pela mercadoria estava de acordo com o estipulado pela câmara. Além disso, o comerciante que desejasse vender nas vilas deveria portar uma licença expedida pela câmara que era dada anualmente. Se durante a ação fiscal do almotacé fosse encontrado algum comerciante que não se adequou às normas, o mesmo deveria ser condenado com multas.

A importância deste tipo de fiscalização pode ser medida pelas receitas arrecadas pela câmara de Vila Rica sobre a atividade comercial. Fabiano Gomes da Silva, que estudou as receitas e despesas da câmara de Vila Rica entre 1726-1760, assim se expressa sobre a mesma:

Quanto às principais fontes de renda da Câmara de Vila Rica, elas provinham dos foros anuais cobrados sobre construções e terrenos dentro da sesmaria, bem como das licenças lançadas sobre os oficiais mecânicos e comerciantes (isso também incluía as taxas para abertura e funcionamento de lojas, tendas e vendas), das multas e das taxas arrecadadas da população. Alguns desses tributos eram cobrados de forma indireta, pois a Câmara arrecadava-os mediante a realização de contratos. Os maiores contratos eram de renda de aferição (incidia sobre a regulação dos pesos e medidas usados no comércio), renda do ver (inspeção), renda das meias patacas (recaía sobre cada cabeça de gado que entrava para ser comercializada na vila) e renda da carceragem

¹⁶.

Como se percebe pela citação, duas das maiores arrecadações da câmara de Vila Rica estavam diretamente associadas ao comércio: licenças das vendas e lojas e também o contrato sobre a regulação dos pesos e medidas.

¹⁶ SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2007. p. 47.

Infelizmente, para Vila Rica os registros que tratam do controle bimestral só contem os preços com que os produtos foram almotaçados¹⁷. Tal documentação se cala quanto a quem estava comerciando. Felizmente, existem as chamadas licenças para o estabelecimento de vendas, que contêm o nome do comerciante, a localidade (dividida por freguesia) e a data. Desta documentação temos o códice 101, rolo 140, CMOP, APM que se estende entre 1773-1794.

A partir destas fontes montaremos um banco de dados com as seguintes variáveis: nome, gênero, condição social (livre, forro, escravo), localidade (freguesia) e data¹⁸. Montado o banco de dados, pretendemos evidenciar a alta participação feminina escrava e forra em tal modalidade comercial, a longevidade ou não no exercício da modalidade. Comparar a longevidade dos diversos grupos sociais presentes em tal atividade. Além disso, como o banco de dados nos fornecerá o universo de escravas e forras que participaram da atividade é a partir dele que procuremos por testamentos.

As fontes de origem cartorial são os e testamentos das mulheres Mina, que constarem no banco de dados dos pequenos comerciantes. Esta documentação se localiza na Casa dos Contos e no Arquivo Histórico da Casa do Pilar.

No primeiro arquivo se encontram os testamentos da esfera eclesiástica. Já no segundo os da esfera civil. Marcos Aguiar, trabalhando co com essa

¹⁷ Me refiro aqui aos seguintes códices APM, CMOP 64 e APM, CMOP 74.

¹⁸ A documentação informa apenas se o individuo era escravo ou forro. Entretanto, entendemos que quando o estatuto jurídico não vem evidenciado a pessoa, possivelmente, era livre e assim a identificamos.

documentação localizou 290 testamentos de africanos escravos ou forros. Destes, 126 indivíduos eram do grupo de procedência Mina. O autor informa também que 62% dos testadores eram mulheres. Outro dado interessante é a participação massiva da filiação destas mulheres à irmandades, 249 testados pertencia a alguma irmandade, sendo que 194 eram da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Sendo assim, teremos que pesquisar entre estes 126 testamentos dos africanos de procedência Mina, quais são de nossas pequenas comerciantes¹⁹.

Claudia Mól nos fornece uma lista com o nome de 75 mulheres que deixaram inventário e/ou testamento, destas 42 eram Mina. Faremos um cotejo entre esta lista e nosso banco de dados em busca de inventários e/ou testamentos de nossas mulheres Mina e encontramos 1 testamento²⁰.

Nosso objetivo com essas fontes são vários. Com os testamentos pretendemos traçar um perfil sócio-econômico destas mulheres, ou seja, do grupo. Onde investiam? Qual era seu padrão de escravaria? Eram casadas? Tinham filhos? Alforriavam seus escravos com padrões iguais a outros segmentos sociais? Eram realmente as mulheres Mina que predominavam entre os forros que aturam no pequeno comércio? Qual a relação entre as mulheres forras e a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos?

¹⁹ AGUIAR, Marcos Magalhães de Aguiar. *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil colonial*. São Paulo: FFLCHH, USP, 1999. (tese de doutorado)

²⁰ MÓL, Cláudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Humanas, Letras e História da UFMG, 2002. (tese de mestrado). (ver onde fica se é mestrado ou doutorado)

Nosso procedimento pretende acompanhar o indivíduo através de seu nome ao longo do tempo e, assim, evidenciar estratégias individuais e/ou de grupo das mulheres Mina e se tais ações nos permitem concluir padrões homogêneos de construção de identidades em torno de sua procedência.

Em passagem muito citada, Ginzburg assim se expressa sobre tal procedimento metodológico:

As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que os indivíduos estão inseridos²¹

Pretendemos com tal aparato metodológico contribuir para os estudos sobre o setor mercantil, especialmente sobre o pequeno comércio. Segundo João Fragoso:

*“Apesar desse rejuvenescimento e profissionalização das pesquisas nacionais, muita coisa está por ser feita. São poucos os trabalhos, ainda, que procuram estudar temas como o pequeno comércio e seus agentes (...)”*²²

²¹ GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: _____. *A micro história e outros ensaio...*, p. 169-170.

²² FRAGOSO, João Ribeiro. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. In: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, nº 29, 2002. p.8

1. O Tráfico de escravos e a formação de identidades

“Todo homem deve conhecer suas origens”.

Frase atribuída a Agaja, rei de Daomé.

Retirada de LÉPINE. Os dois reis de Daxome. p. XVI

A temática da escravidão no Novo Mundo que tem como pressuposto teórico o escravo como sujeito histórico vem tomando corpo na historiografia a algumas décadas. O historiador africanista John Kelly Thornton, em seu famoso livro *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*²³, propôs que a migração forçada de milhões de africanos para as Américas deveria ser interpretada tendo como premissa principal a de que os africanos foram atores culturais ativos tanto no processo de escravização ocorrido na África, como na nova sociedade que viria a surgir no Novo Mundo. Quase uma década depois, foi o brasilianista inglês A. J. R. Russel-Wood que também propôs uma reavaliação da participação africana na escravidão e na sociedade do lado esquerdo do Atlântico²⁴. Para esses autores, os africanos trouxeram para as sociedades nas quais se inseriram valores, crenças, comportamentos, práticas, conceitos e perspectivas formulados em suas ações individuais e coletivas. Sendo assim, os africanos não foram simples agentes passivos na escravidão, nem muito menos

²³ O livro foi publicado originalmente em 1992 com o título *African and africans in the making of the Atlantic world, 1400-1800*.

²⁴ RUSSEL-WOOD, A.J.R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 12, dez. de 2001. p. 11-49.

foram totalmente aculturados em terras americanas. Eles recriaram e re-significaram muitos dos elementos que compunham a sua sociedade de origem e os aspectos de sua cultura.

Os autores, ao proporem uma nova interpretação da diáspora africana no Novo Mundo, estão retomando uma discussão que nos Estados Unidos começou a ganhar força na década de 1970 e no Brasil a partir da década de 1980²⁵.

No clássico *Roll Jordan Roll*, Eugene Genovese estuda a escravidão no Sul dos Estados Unidos, ressaltando a importância que os escravos tiveram na formação do sistema escravista norte-americano. Para o autor, os mancípios forjaram constantes espaços de resistência e sobrevivência dentro da cultura dominante, estabelecendo, assim, lugares de autonomia no interior do sistema escravocrata. Tais mecanismos propiciaram aos escravos a produção e transmissão de uma cultura escrava intimamente ligada ao sistema escravista²⁶.

Hebert G. Gutman explorou a possibilidade do surgimento de uma cultura escrava com certo grau de autonomia em relação à classe dominante no seu livro *The Black family in slavery and freedom*. O autor constatou que em um regime alimentar satisfatório a constituição de família, com alto número médio de filhos, a permanência de laços de parentesco e a construção de um senso de comunidade

²⁵ Vale notar que no caso brasileiro estes trabalhos são contestações de teses que colocavam o escravo como coisa e totalmente aculturado e que só tinha possibilidade de se expressar quando se revoltava contra o sistema em quilombos. Assim, era impossível ao escravo manter padrões culturais africanos, ter família, entre outras coisas. Um ótimo exemplo deste tipo de abordagem é o de CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

²⁶ GENOVESE, Eugene. *Roll, and Rol*. The world the slaves made. New York: Pantheon, 1974.

independente eram extremamente comuns entre os escravos nas *plantations* do Sul dos Estados Unidos. Como isso, os escravos forjaram um espaço de transmissão da experiência escrava e de reprodução de sua cultura com autonomia²⁷.

Com esses trabalhos, o estudo da escravidão ganhou uma maior complexidade. Temas como autonomia, resistência, acomodação e paternalismo começam a serem abordados. O que se procura demonstrar é que apesar de a relação senhor/escravo ser fortemente hierarquizada, comporta espaço para que os escravos levassem uma vida mantendo traços de sua cultura, família, laços de parentesco entre outras. E isso é resultado de conquistas dos escravos através de suas ações individuais e coletivas, ou seja, através de sua atuação enquanto sujeitos históricos.

No Brasil, A. B. Castro propôs, em artigo de 1980²⁸, que os escravos deveriam deixar de serem vistos como tendo papel marginal na formação de nossa sociedade para serem vistos como sujeitos ativos do processo. Nessa mesma década surgiram diversas dissertações e teses nos recentes cursos de pós-graduação em História que abordaram a escravidão a partir dos pressupostos enumerados acima.

²⁷ GUTMAN, Hebert G. *The Black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Vintage, 1976.

²⁸ CASTRO, A. B. de. A economia política, o Capitalismo e a escravidão. IN. LAPA, Jose R. do A (org). *Modos de produção e a realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. p 67-108.

1.1 O nascimento do Mundo Atlântico

Durante os quase cinco séculos em que o sistema de tráfico atlântico ligou os dois lados do oceano, desembarcaram, forçadamente, em terras americanas mais de 10 milhões de escravos²⁹. A América Portuguesa foi responsável por cerca de 40% deste total, ou seja, mais de 4 milhões de almas. Tais cifras demonstram a importância que os escravos africanos tiveram na formação do chamado Novo Mundo, dentro do processo de Expansão Ultramarina.

As primeiras viagens para a região foram feitas por comerciantes privados de vários países, como Inglaterra, França, Espanha, Portugal. Os comerciantes reuniam o capital e os recursos necessários onde os mesmos estivessem disponíveis e empreendiam curtas viagens ao longo da costa africana em busca de algum produto rentável capaz de financiar a viagem³⁰.

Assim, Malocello, comerciante genovês, chega as ilhas Canárias no início do século XIV. No local encontra produtos naturais, população nativa para saquear e um local que posteriormente serviria para produzir vinho e açúcar. Era o começo de uma série de viagens que culminariam com a chegada dos

²⁹ Os números do tráfico atlântico até hoje são objetos de controvérsia. Nos baseamos aqui na obra de CURTIN, Philip. *The Atlantic slave trade – A census*. Madison: Wis., 1979. Revista para o período de 1781-1870 por ELTIS, David. *Economic growth and the ending of transatlantic slave trade*. Nova York, 1987. Tais cifras são usadas por ALENASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: a formação do Brasil no atlântico sul...* p. 69. Um contraponto que calcula de forma diferente os números absolutos do tráfico pode ser obtido em CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros. O Tráfico de Escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

³⁰ THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elviesier, 2004. p. 69.

portugueses nas Índias, após contornar todo o litoral africano fundado feitorias e vários pontos comerciais. E também com o início da bipolaridade entre a África e as Américas, pois são fundadas as primeiras zonas de produção escravista nas ilhas do Atlântico que serviram de modelo para o posterior uso na América.

As metrópoles ibéricas obtiveram o pioneirismo na conquista do além mar durante a Expansão Ultramarina porque após várias viagens feitas por comerciantes privados demonstrarem as possibilidades de lucro do empreendimento, tais reinos decidiram financiar as expedições e também reivindicar o beneplácito papal sobre as novas terras descobertas e sobre o tráfico de escravos, conseguidos no século XV.

Sendo assim, a formação do mundo atlântico ocorre ao longo do quinhentos com o contorno da costa africana e a chegada à América e finaliza com a chegada dos portugueses as famosas Índias, no início do século XVI, furando o monopólio comercial das cidades italianas sobre os produtos desta região.

1.2 Zonas de tráfico entre a África e a América Portuguesa

Durante o século XV se formou o esquema de tráfico de escravos que duraria por todo o período do comércio de almas para a América: alianças políticas, comerciais e militares entre os europeus e as comunidades nativas;

construção de feitorias para o embarque de escravos em alguns pontos no litoral; oferta de produtos atraentes ao mercado africano, como panos, cachaça, armas e cavalos; guerras internas entre os povos africanos para suprir a demanda por escravos e comércio administrados pelos estados europeus e africanos e tentativa dos europeus em converter à fé católica os povos africanos considerados pagãos.

As alianças entre os europeus e a elite africana foi necessária porque os estados europeus não conseguiram dominar os reinos africanos, sendo necessário uma aliança para se conseguir o produto mais cobiçado: o escravo. Isso porque na África existia sociedades mercantis já organizadas que não se renderam aos europeus, sem as quais a complexa rede comercial que levava o escravo do interior para o litoral jamais existiria. É a partir dessa rede que o tráfico português pôde prosperar. Os reis ou chefes tribais africanos administravam o tráfico, a captura e a oferta de almas no mesmo. Cobravam taxas e recebiam mercês em presentes, ampliando sistemas já costumeiros no continente.

As feitorias litorâneas se tornaram a base mais lucrativa e duradoura dos negócios negreiros europeus. A primeira a ser criada foi a de Arguim, na África Centro-Occidental pelos portugueses. Nessas trocavam-se mercadorias como cavalos, tecidos, objetos de cobre e trigo por ouro e por escravos, principalmente. O sistema de fortificações era vantajoso porque se podia reunir um grande número de escravos num mesmo local, fortificado, até serem enviados em grandes quantidades para a América.

Entre estes postos e o interior do território africano foram sendo montadas verdadeiras rotas comerciais em que os europeus, através de alianças com a elite local africana e a oferta de produtos vantajosos no mercado africano, compravam escravos de vários reinos africanos, muitas vezes fomentando e atuando como aliado de algum reino em guerras que tinham como principal objetivo fornecer mancipios aos europeus.

O tráfico de escravos entre a África e a América ficou concentrado em três grandes regiões do território africano: África Ocidental, África Centro-Ocidental e África Oriental. Segundo Patrick Mannin, tais divisões são tanto geográficas como culturais, pois ressaltam certas homogeneidades existentes entre os vários povos da região³¹.

1.2.1 A África Ocidental

A região da África Ocidental compreendia um vasto território. Era cercada pelo deserto do Saara ao norte e pelo oceano Atlântico ao Sul. Era genericamente conhecida como Alta e Baixa Guiné, indo do rio Senegal até Camarões. De lá veio o segundo maior contingente de escravos para a América Portuguesa. Sendo que em terras brasílicas predominaram os escravos desta região na Bahia e em

³¹ MANNING, Patrick. *Slavery and African life: Occidental, Oriental and African slave trades*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Minas Gerais, devido ao comércio de escravos entre as duas regiões, durante a primeira e o início da segunda do século XVIII.

Portugal se estabeleceu na região por volta de 1445, quando chegou ao litoral da região próximos ao local que, depois, abrigaria o Castelo de São Jorge da Mina. Os primeiros contatos foram feitos em Arguim, Senegâmbia, na Alta Guiné. A fortificação foi construída como feitoria para defender o local da disputa pelo tráfico de escravos e por ouro de outras potências européias.

Durante o século XVIII habitavam a região oito grandes reinos, a saber: Iukassa, Ante (Ashante), Kommenda, Fetu, Asebu, Fante, Agona e Accra e mais outros, que estabeleciam relações com os maiores.

A região também sofreu ao longo dos séculos uma forte presença de grupos islamizados. A religião foi fator de várias guerras, conhecidas como *jihãd*, que contribuíram com um enorme contingente de escravos embarcados para a América lusa, principalmente para a Bahia e Minas Gerais³².

Portugal não conseguiu manter o controle da região por muito tempo. Já no final do século XVII eram holandeses e franceses que dominavam a mesma. Os comerciantes portugueses tinham a permissão de traficar nos locais, desde que o produto comercializado fosse o tabaco e se pagasse uma taxa de 10%. Tal medida

³² REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. (Edição revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2003; VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987; Sobre a relação de comércio de escravos entre a Bahia e Minas Gerais ver MARTINS, Maria do Carmo Salazar & SILVA, Helenice Carvalho da. *Via Bahia: a importação de escravos para Minas Gerais através do Caminho do Sertão, 1759-1772*. CEDEPLAR/Diamantina, 2006.

beneficiou os comerciantes baianos, que plantavam tabaco em seu recôncavo. Daí se explica a forte ligação entre as duas regiões.

Para Thornton, o fato de a região, como também outras partes da África, abrigar um grande número de estados e etnias não é um empecilho para que a população da região formasse grupos com certa homogeneidade cultural. Isso porque há diversos fatores que influenciam na formação de determinados preceitos culturais, fazendo com que populações diferentes partilhem códigos culturais comuns. Entre esses o autor destaca: língua, estética, estrutura social e religião³³. Além disso, relações comerciais também estreitam laços culturais entre povos de origem étnica diferente. Sendo assim, Thornton divide a região africana que mais teve contato com os europeus, África Centro Ocidental e Ocidental, em três zonas culturais.

A região da Costa da Mina tinha duas zonas culturais. Alta Guiné, região que ia do Rio Senegal até o sul da atual Libéria, que continha duas famílias lingüísticas: a do Atlântico Ocidental e a Mande. Além disso, a região era muito ligada comercialmente e tinha em Mande um centro político difusos de sua língua e cultura. As principais etnias que habitavam a região eram os mandinga, os jalofos e os fulas. Nas palavras de Thornton:

A frequência dos contatos e a quantidade de pessoas de diferentes locais disseminaram o intercâmbio cultural e o multilingüismo (...) os mandingas,

³³ THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800...* p. 253-279. O capítulo é intitulado “Grupos Culturais africanos no Mundo Atlântico”.

os jalofos, e os fulas compreendiam-se (...) o povo da região partilhavam de amplos conceitos filosóficos e tinham uma visão comum sobre o mundo. Esses fatores convergiram para dar à região uma homogeneidade que não sucederia unicamente de uma abordagem linguística³⁴.

A outra região era conhecida como Baixa Guiné e ia dos lagos do litoral ocidental da Costa do Marfim até Camarões. Todos os povos da região falavam línguas da família kwa, que era dividida nos grupos acã e o aja. Na região ficavam dois grandes reinos, o de Benin e o de Ioruba, habitando a mesma fons, iorubas, edos e igbos. Assim como a Alta Guiné, a região tinha fortes contatos comerciais e sofria a influência dos dois grandes reinos citados, sendo a língua por estes utilizadas, iourubá, se tornado padrão.

Outro fator que deve ser destacado era que, como já salientado, os escravos eram embarcados em direção à América em poucos portos, não se dispersando. E também a demora entre a captura no interior da África e o embarque nos portos poderia levar meses que serviam para estreitar relações entre aqueles que começavam a partilhar a mesma condição: ser escravo. Nas duas regiões citadas os escravos eram, normalmente, embarcados nos portos de: Serra Leoa, Costa do Ouro e Aladá.

Vários trabalhos vêm seguindo os pressupostos de que identidades africanas se formavam entre os escravos levando em consideração muito da cultura africana. Para os povos vindos daquela região um exemplo clássico deste

³⁴ *Idem*, p. 259-260.

tipo de trabalho é o de João José Reis *A rebelião escrava no Brasil*³⁵, insurreição que ocorreu na Bahia em 1835. Nesse levante não houve a participação de escravos nascidos no Brasil, os chamados crioulos. Por outro lado, escravos e libertos nascidos na África, os pretos, atuaram no levante. Para o autor, este fato se deve a fatores internos, como a divisão social do trabalho existente na Bahia em que africanos, tanto escravos quanto forros, dividiam os afazeres de carregadores de cadeira, estivadores, artesãos, vendedores ambulantes, marinheiros, etc. Mas, principalmente, se deve ao fato de que a província baiana ter recebido um grande contingente de escravos com origens étnicas comuns, oriundos da Costa da Mina, o que permitiu a reconstrução de uma identidade entre escravos e libertos de igual procedência já existentes na África. Esses africanos comungavam de elementos culturais comuns como língua, religião e etnia. Tais fatores, aliados a maior liberdade de movimento, típica de um ambiente urbano como Salvador, contribuíram para o grande número de revoltas ocorridas na Bahia da primeira metade do século XIX e em especial a que ficou conhecida como a Revolta dos Malês.

É deste universo do tráfico que começam a surgir as designações dos escravos, que posteriormente serviram de base para a formação de identidades na América. Os nomes atribuídos pelos europeus aos africanos ora indicavam a procedência do porto de embarque ou da região genérica de onde eram

³⁵ REIS, João José Reis. *A Rebelião escrava no Brasil*. A história do levante dos malês (1835). São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

provenientes, ora um grupo identificado pelos europeus com características semelhantes ou, então, nomes pelos quais os próprios africanos chamavam nos aos outros.

Sendo assim, dos documentos colônias mineiros emergem designações como mina, nagô, cobu, sabarú, ladá, guiné, fon entre outros. Todos provenientes da Alta ou da Baixa Guiné, partilhando de preceitos culturais bem homogêneos.

1.2.2 A África Centro-Occidental

Dando prosseguimento ao périplo africano, os portugueses chegaram ao Congo em 1483, mas somente na década seguinte se estabeleceram contatos regulares com um dos reinos da região, o Manicongo. Este reino tinha fortes ligações comerciais com o interior, vários outros pequenos estados tinham relação de subordinação com o Manicongo. A relação entre Portugal e o reino Africano apresentou uma novidade: a conversão da nobreza local, o rei foi batizado em 1491 com o nome de D. João I. O filho deste, Afonso I, propagou o cristianismo junto ao seu povo, modificando as instituições africanas aos moldes europeus, Tais traços perduraram até o século XVIII³⁶. Do Congo vieram os grupos congo, muxicongo, loango, cabinda, monjolo. Durante o século XVII, foi

³⁶ FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. (tese para concurso de professora titular). p. 09-15. Ver também SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história, mito e identidade na festa de coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

do Congo o principal contingente de escravos transferidos para o Brasil. No período posterior, predominaram os de Angola.

Os portugueses chegam em Angola no início da década de 1480. Mas um estabelecimento mais duradouro só ocorre em 1575, com a fundação da cidade de São Paulo de Luanda. Posteriormente, em 1617, foi fundada a cidade de Benguela. Em ambas funcionaram os dois importantes entrepostos comerciais da região congo-angolana. Desta região vieram os grupos cassange, loanda, rebolo, cabundá, quissamã, embaça, benguela.

Foi da África Centro-Occidental que se procedeu a maioria dos escravos que vieram para a América Portuguesa. Inclusive os traficantes de escravos da praça comercial do Rio de Janeiro tinham importantes conexões em tal região, dominado o tráfico na mesma por séculos.

A região congo-angola tinha uma grande unidade cultural. Todos os povos falavam línguas do grupo banto. Mais ainda, a maioria falava duas línguas muito similares entre si: quicongo e quibundo. A região também era fortemente ligada pelo comércio³⁷.

Robert Slenes em *Na Senzala uma Flor*, aponta que entre os escravos da região congo-angolana havia indícios de identidades que se formavam antes mesmo de se atravessar o Atlântico. Para o autor, o termo *malungo*, que em várias línguas da África centro-occidental significa “meu barco” ou “camarada de

³⁷ THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800...* p. 261-262

embarcação”, ao contrário do que no Brasil onde o termo significa companheiro de sofrimento, é uma evidência disso. O autor reforça seu argumento ao enfatizar que várias etnias que habitavam a região de Congo e Angola tinham no banto um tronco lingüístico comum, formando, assim, grupos culturais com grande grau de homogeneidade³⁸.

Nas Minas Gerais as designações que surgiram para classificar os escravos vindos desta região foram: cabunda, congo, angola, monjolo, rebolo, cassange, benguela entre outros.

1.2.3 A África Oriental

Desta região vieram um número reduzido de escravos para a América Portuguesa. A própria presença portuguesa na região foi parca. Delimitar a região a época do tráfico é muito difícil, ficava próxima a região do atual território de Moçambique, na costa oriental da África³⁹. A população da região era em sua maioria banto. A presença portuguesa na região data de fins do século XV e início do século XVI, com a criação da feitoria de Sofola, em 1505.

Dessa região embarcaram pelas mãos de comerciantes portugueses escravos que seriam vendidos na América Espanhola, principalmente a partir de 1780.

³⁸ SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor*: as esperanças e as recordações na formação da família escrava – Brasil, sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

³⁹ Sobre a colonização portuguesa nessa região ver BOXER, Charles. *Relações raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

Foi somente no início do século XIX que escravos oriundos desta região foram traficados em maior número para a América Portuguesa. Suas designações em terras americanas foram *mombaça*, *quelimane*, *inhabane*, *quiloa*, entre outras.

O que procuramos demonstrar é a África, apesar da grande variedade etnolingüística, tinha também uma grande homogeneidade cultural, eu irá se manifestar na construção de identidade no Novo Mundo. Nas palavras de Thornton:

Em resumo, pode-se concluir que o grau de diversidade na África pode ser facilmente exagerado. A orientação antropológica mais antiga de classificar cada grupo cultural etnolingüístico como uma “tribo” separada e ignorar fatores com multilingüismo ou o compartilhamento cultural não lingüístico estendeu os limites da real diversidade. Quando muito, temos três áreas culturais diferentes (...) Além disso, o comércio de escravos serviu-se de mais de alguns grupos do que de outros e, com freqüência, reunia pessoas com antecedentes similares⁴⁰.

Por fim, o que fizemos nesta secção foi uma breve síntese da história do tráfico atlântico. Se faz necessário ressalvas quanto a possíveis generalizações no mesmo, pois uma gama variada de fatores influenciaram o comércio de almas. O tráfico foi durante todo o período de sua existência muito dinâmico, respondendo a mudanças de controle político do lado europeu e africano, a demanda da América e também a possibilidade de oferta da África. Por exemplo, uma mesma região ficou ao longo do tempo sobre o controle português, depois holandês. Ou, então, de mais de uma potência européia ao mesmo tempo. Até mesmo uma etnia africana ou reino que escravizava a com o decorrer dos anos poderia ser

⁴⁰ THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800...* p. 263.

escravizada. Foi o caso, entre outros, da região em torno do Benin, onde se localizava o antigo reino de Ifé, também em decadência antes da chegada dos portugueses. No século XVII, quando aumentou o tráfico para esta área, o reino de Ardra, localizado no litoral (tendo como principal escoadouro o porto de Ajudá), dominava o comércio negreiro. Na segunda metade do XVII, a expansão do reino do Daomé, que se intensifica no XVIII, fez com que os Ardra passassem de comerciantes a escravizados. Assim como estes, outros casos puderam ser identificados⁴¹.

1.3 Nações, grupos de procedência e etnias: as designações do tráfico e as identidades africanas

Usar o termo africano para se referir aos escravos que chegaram as Américas através do tráfico atlântico de escravos é anacrônico para o período colonial e, mesmo, para a primeira metade do século XIX. É apenas no contexto do surgimento do pensamento abolicionista em meados do século XIX que o termo africano começa a ser usado para designar a população vinda para a América através do tráfico.

Os nomes atribuídos aos africanos na sociedade da América Portuguesa foram marcados por uma constante transformação. Tais mudanças derivam

⁴¹ SOARES, Mariza Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

diretamente das relações vivenciados pelos portugueses e pelos lusos brasileiros na África⁴².

Nos primeiros relatos de cronistas e documentos de época, os escravos eram denominados de *negros da guiné*, diferenciando-os dos *negros da terra* ou *negros brasis*, como eram chamados os índios. O que significava o termo Guiné exatamente é difícil precisar.

No início do contato dos europeus com a África seu conhecimento sobre este continente era parco, restringindo-se a região ao redor do Mediterrâneo, a séculos em contato com a Europa, ao Saara e ao norte da costa ocidental atlântica. Era comum em documentos medievais que tratavam sobre a África a referência a Etiópia como um local próximo ao norte da África, sendo separada pelo rio Nigris (ou Níger). Os documentos ainda dividiam a Etiópia em oriental e ocidental, esta última conhecida como Etiópia da Guiné, de onde decorre o termo *negro da guiné*, usado amplamente nos séculos XV e XVI como sinônimo da hoje chamada África negra ocidental.

Durante o período de reconhecimento da costa africana e com o desenvolvimento do tráfico de escravos, outras designações começaram a aparecer, para diferenciar os muitos povos que passaram a ter contato com os

⁴² As referências aqui apresentadas são baseadas principalmente em SOARES, Mariza Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

européus. As designações dos grupos escravizados são bastante complexas e dependem da época, de onde e de quem fala.

Sendo assim, o termo Mina, assim como Angola, Congo, Benguela, entre outros, tão comuns nos documentos coloniais, era usado pelo colonizador para designar grandes áreas africanas de tráfico de escravos. Entretanto, os traficados em sua nova vida no novo mundo incorporaram tais termos e criaram identidades entre si, se designando como Mina, Angola, palavras usadas inicialmente pelos colonizadores. Tanto documentos do agente colonizador, como inventários, testamentos, como dos próprios traficados, como ata de matriculas em irmandades de pretos se utilizam destes termos para designar os africanos que viviam no Novo Mundo.

Mariza Soares parte da idéia de que o tráfico e os rearranjos que dele decorreram influenciaram na composição dos segmentos dos grupos étnicos africanos escravizados e que tal perspectiva é imprescindível à análise da escravidão nas Américas.

Do trabalho da autora destacamos duas questões que servirão de eixo condutor para esse trabalho. A primeira é o uso recorrente das chamadas “nações” (Mina, Angola, Moçambique, Benguela) como mecanismo de identificação e organização dos africanos em toda a extensão das Américas. Mesmo tendo um componente étnico e também cultural, as nações — aqui entendidas como um sistema classificatório que emerge do universo do tráfico atlântico — redefinem

as fronteiras entre os grupos étnicos através da formação de unidades mais inclusivas, denominadas pela autora como “grupos de procedência”⁴³

A noção de grupo de procedência se inspira nos trabalhos do antropólogo Fredrik Barth⁴⁴ que aponta a existência de sistemas sociais abrangentes onde interagem indivíduos de diferentes grupos étnicos. Como resultado da migração forçada da escravidão, as identificações étnicas podem se tornar mais inclusivas, fazendo emergir uma esfera de solidariedade entre diferentes grupos étnicos, mesmo quando não existem condições previamente determinadas para isso.

O central na análise de Barth é que seu modelo, como a micro-história, busca fugir de análises estruturalistas e funcionalistas, que engessam o indivíduo as normas sociais. Seu modelo nos é pertinente porque em nosso estudo o caso dos escravos que se envolvem com o comércio são um bom exemplo, uma vez que, a estrutura seria o sistema escravista, mas a atuação destes no comércio de mercadorias possibilitou a estes homens e mulheres driblar as amarras do sistema se alforriando e em alguns casos construindo pequenas fortunas. Entretanto, o indivíduo não é livre para agir a sua maneira, como se não pertencesse a nenhum sistema social. Para o autor, as possibilidades abertas por qualquer sistema social são finitas, cabendo ao indivíduo, dentro destas limitações, escolher uma delas, a isso o autor dá o nome de “gama de possíveis”.

⁴³ SOARES, Mariza. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem. Estudos afro-asiáticos, ano 26, maio-ago., 2004/2. p. 303-330; SOARES, Mariza Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁴⁴ BARTH, Frederik. O grupo étnico e suas fronteiras. In. _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. (org. Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

A noção de “gama de possíveis” traz a marca da dialética que a fundamenta: indica ao mesmo tempo a recusa dos determinismos e a idéia de uma margem de manobra precisa e controlada, já que os possíveis abertos ao ator são sempre em número finito – o que os torna também acessíveis ao pesquisador⁴⁵

As possibilidades de ação do indivíduo são dadas de acordo com os recursos que o mesmo tem para elaborar suas estratégias. Aqui entendemos recursos não só como algo material, mas também todo o aparato cultural que cerca o indivíduo, como seus valores, sua aceitação na sociedade, o grupo a que pertence e etc. E também pelas obrigações que uma determinada pessoa está sujeita enquanto membro de uma sociedade.

Uma vez instalados no Novo Mundo, os escravos se agrupam em torno das ditas nações. Inicialmente uma identidade atribuída, a nação, acaba sendo incorporada pelos grupos e servindo, de forma alternativa ou combinada, como ponto de partida para o reforço de antigas fronteiras étnicas ou para o estabelecimento de novas configurações identitárias.

O que a autora ressalta na argumentação de Barth é que os indivíduos que partilham de características comuns irão, a partir das possibilidades encontradas em cada lugar, se identificarem através de identidades inclusivas ou não. Por isso, o grupo de procedência chamado Mina no Rio de Janeiro não tem, a priori, a mesma composição étnica encontrada em outras regiões da América Portuguesa.

⁴⁵ ROSENTAL, Paul-André. Frederik Barth e a micro-historia. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 159.

Isso porque, as diferenças dependem da composição étnica da população traficada em cada região e dos arranjos no interior de cada nação, de cada época e situação. Assim sendo, a autora enfatiza que o processo de construção identitária está em permanente processo de transformação.

A segunda questão a ser destacada é o modo como os segmentos dos grupos étnicos que reconstróem sua identidade conseguem, enquanto grupo, reverter a seu favor as regras da escravidão. A sociedade escravista apresenta determinadas regras e limites para a vida da população escrava e que os indivíduos aprendem a se mover no interior dessas regras, de modo a criar alternativas de convivência ou contestação, de acordo com as condições particulares, que cada caso oferece.

2. Vila Rica: formação social e o pequeno comércio

“As Minas, porém, não tiveram infância.

Nasceram como a deusa de Atenas, já feitas e armadas”

Diogo de Vasconcelos. *História Antiga de Minas Gerais*

O célebre historiador mineiro, Diogo de Vasconcelos, síntese com a epígrafe acima uma das características peculiares da Capitania de Minas Gerais: a atipicidade de seu processo de formação econômica e social. Numa rapidez nunca vista até então na história da América Portuguesa, a região das Gerais passou de território inóspito, terra de fronteira e habitada por índios, no fim do século XVII, a centro econômico da América Portuguesa, durante a primeira metade do século XVIII.

O povoamento na Capitania de Minas Gerais, que se deu por volta da última década do século XVII, abriu oportunidades que atraíram, forçadamente ou não, um grande número de pessoas e fez começar, na América Portuguesa, um novo tipo de formação sócio-econômica. Tal processo teve como principal indutor a mineração, mas foi acompanhado pelo desenvolvimento de um setor agrário e mercantil que sempre certa independência em relação à mineração.

A peculiaridade das Minas tem na formação de um forte espaço urbano uma de suas principais características. Entre serras e montanhas da região

formaram-se grandes centros populacionais, que contavam com uma forte rede de distribuição comercial, modelando o território mineiro⁴⁶.

Vila Rica começa a ser povoada em torno da última década do século XVII, anos em que os bandeirantes Antônio Dias de Oliveira, Padre João Faria Fialho e Francisco da Silva Bueno realizaram descobertas de veios auríferos nos ribeirões que receberam os nomes de seus três descobridores e também no Rio das Pedras. Em torno desses achados auríferos, foram se formando os primeiros povoados que mais tarde se reuniram com o nome de Vila Rica⁴⁷.

As primeiras décadas do povoamento foram de improvisação e itinerância, que se dava ao sabor do tempo de duração das lavras. A mobilidade causava problemas de abastecimento, o que dificultava o trabalho de produção aurífera. São célebres os relatos do jesuíta Antonil sobre os preços exorbitantes que produtos de primeira necessidade alcançaram nas Minas em seus primeiros anos de história⁴⁸. Houve fome e desarticulação dos primeiros núcleos mineradores entre fins do século XVII e o início do século XVIII.

⁴⁶ BOSCHI, Caio C. Nem tudo que reluz é ouro. In SZMRECSANYI, Tamás (org). História Econômica do período colonial. São Paulo: HICITEC, 1996.

⁴⁷ Sobre o processo de formação econômica e social da Capitania de Minas Gerais há uma vasta bibliografia, ver VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974; BOXER, Charles Ralff. *Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. 2 v; COSTA, Iraci Del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1982; ANASTASIA, Carla Maria Junho *et al*. Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica... p. 42-59.

⁴⁸ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

Os primeiros núcleos populacionais surgem ao redor de riachos, datas minerais ou igrejas, são os chamados arraiais, que demarcam o início do processo de urbanização das vilas mineiras. Estes locais são espaços de vivência coletiva e expressa as necessidades sociais, religiosas e econômicas de um grupo de pessoas residentes próximas umas as outras⁴⁹.

Soma-se a tal fato a ação da coroa portuguesa no processo de consolidação das vilas mineiras. No primeiro quartel do século XVIII são construídas estradas que ligavam o território mineiro as capitânicas do Rio de Janeiro e da Bahia. É o caso da construção do famoso Caminho Novo ou Estrada Real⁵⁰. Várias Vilas são fundadas em 1711, incluindo Vila Rica. O sucesso dessas ações pode ser percebido já nesse mesmo quartel de século, quando os preços dos alimentos básicos se estabilizaram. Segundo Ângelo Carrara, isso ocorre na década de 1720⁵¹.

Com o passar do tempo Igreja, Estado e comércio foram se assentando na região e contribuindo para que a improvisação e a itinerância dessem lugar a instauração do aparato administrativo do Estado, a construções de igrejas

⁴⁹ MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. séculos XVIII-XIX*. Berlin: Wiss. Verl., 2002.

⁵⁰ A bibliografia sobre este período é vasta e tem entre outros o clássico de ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1990.

⁵¹ CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (tese de doutorado). Sobre a política de abastecimento alimentar nas Minas ver SILVA, Flávio Marcus. *Subsistência e poder: a política de abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. (tese de doutorado).

pertencentes a várias irmandades e também de construções civis. Em consequência há a consolidação das vilas mineira e seus espaços urbanos⁵².

Os arraiais deixaram de ser simples entrepostos de trocas comerciais para se tornarem Vilas. É o caso de Vila Rica aonde os vários arraiais que iam surgindo desde fins do século XVII foram reunidos para se formar a Vila em 08 de julho de 1711. O local escolhido para a ereção da vila foram os arraiais de Antonio Dias e Ouro Preto, segundo os próprios moradores mais propicias ao comércio. A vila se torna cabeça de Comarca, sede político-administrativa da Capitania de Minas Gerais e centro comercial de vulto. Nas palavras de Fabiano Gomes da Silva:

A elevação dessa vila a centro simbólico do poder político motivou o concurso de importantes autoridades régias, corpos militares, burocratas, artífices experientes, comerciantes com extensas conexões mercantis e a instalação de instituições chaves, como a Casa de Câmara e Cadeia e a Santa Casa de Misericórdia⁵³.

Também podemos observar em Vila Rica a interferência do estado para configurar seu espaço urbano e também consolidar o povoamento na região. Um

⁵² Para a instalação do aparato administrativo e formação do espaço urbano em Mariana ver FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano em Mariana: sua formação e suas representações. In. Termo de Mariana: história e documentação. Mariana: Imprensas Universitárias da UFOP, 1998. p. 27-65. Já em Vila Rica ver ANASTASIA, Carla Maria Junho *et al.* Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica. In *Oficina da Inconfidência*. Revista do Trabalho, ano 1, número 0, dezembro de 1999. p. 42-59. Sobre o papel desempenhado pela Câmara de Vila Rica na construção do espaço urbano da vila ver SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2007. (dissertação de mestrado).

⁵³ SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*...p.37.

exemplo são as construções de várias obras por parte do estado para receber seu aparato administrativo. Entre o ano de sua fundação e o fim da década de 1720 foram construídas as seguintes obras, entre outras: o Senado da Câmara, a Junta da Fazenda Real, a Junta dos Recursos, a Intendência e Junta de Justiça. É o processo de consolidação do Estado Português na região⁵⁴.

Outro exemplo da interferência do Estado no espaço urbano é a proibição, efetuada entre 1713 e 1720, de que vendas e lojas se instalassem nos arraiais periféricos de Ouro Podre, Ouro Bueno, Ouro Fino, Córrego Seco, Rio das Pedras e se transferissem para a freguesia de Ouro Preto. A medida tinha como objetivo a que a Vila crescesse de forma centrífuga, tendo como centro a praça em que hoje se encontra o Palácio do Governador e tivesse como centro as freguesias de Ouro Preto e de Antônio Dias. Fato que não seria possível se vendas e lojas se espalhassem por várias regiões⁵⁵. Podemos perceber o sucesso tal medida até hoje quando olhamos a configuração do chamado Centro Histórico de Ouro Preto. Tal medida definiu as principais freguesias da capital de Minas Gerais: Antonio Dias e Ouro Preto. Ainda segundo Silva:

Essas medidas, constantemente reiteradas, faziam-se necessárias para assegurar a ordem nos trabalhos de colheita do ouro, mas, igualmente, concorriam para aumentar o fluxo de pessoas e comércio na área central,

⁵⁴ FIGUEIREDO, Luciano de Almeida. *Barrocas Famílias*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 18-25

⁵⁵ ANASTASIA, Carla Maria Junho *et al.* Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica. In *Oficina da Inconfidência*. Revista do Trabalho, ano 1, número 0, dezembro de 1999. p. 42-59.

onde a Câmara tinha relativo controle e maior renda com as licenças, as multas e os aforamentos dos novos moradores⁵⁶.

O que se percebe nas primeiras décadas da história das Minas, assim sendo também em Vila Rica, é uma forte presença do estado que visava controlar e efetivar o crescimento da região. Isso tinha duas ações bem visíveis: consolidar a presença do estado português na região e também dotar o espaço urbano de condições para sua sustentabilidade, que ocorreria com a normalização do abastecimento da região.

A estabilização do abastecimento da região e também dos preços ocorreu também através da interferência do estado português, que desde cedo percebeu que era necessário intervir no setor mercantil, favorecendo-o, isso por dois motivos básicos: a arrecadação que tal medida poderia gerar e também a necessidade de consolidar a formação da sociedade mineira.

Para controlar o abastecimento a varejo das populações mineiras era necessário regular o principal responsável por este, o pequeno comércio. Como já salientei, para tal coroa se valeu das figuras do almotacé, escrivão da almotaçaria e rendeiro da aferição e do ver, cargos camarários que a séculos fazia parte da estrutura administrativa das câmaras portuguesas⁵⁷. A principal função desses era

⁵⁶ SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*...p.37.

⁵⁷ Sobre a Almotaçaria ver PEREIRA, Magnus R. de M. *Almuthasab – considerações sobre o direito da almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias*. In. *Revista Brasileira de História*, p. 365-396. Sobre o lugar ocupado pela almotaçaria na estrutura camarária das vilas mineiras ver VENANCIO, Renato Pinto. *Estrutura do Senado da Câmara (1711-1808)*. In. *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. p. 139-142.

regular e fiscalizar o pequeno comércio. O almotacé e o rendeiro da aferição e do ver saiam pelo território mineiro fiscalizando tal atividade comercial, multando quem não vendia os produtos de acordo com os preços estipulados pela câmara, quem não tinha licença para comerciar, ou seja, fiscalizava o que era considerado abuso contra os consumidores dentro da lógica do bem comum, característica da sociedade de Antigo Regime aqui formada⁵⁸.

Na segunda metade do século XVIII Vila Rica, e a Capitania como um todo, passaram por um processo de mudança, e não de crise, de sua principal atividade econômica. A mineração começa a ceder espaço para atividades agropastoris e comerciais, que desde o início do povoamento se articulavam paralelamente com a produção aurífera, tendo certa autonomia em relação a esta, acontece uma migração populacional para áreas de fronteira da capitania, deslocamento do eixo econômico do centro para o sul da capitania, forte processo de mercantilização das atividades agropastoris visando atender o mercado do Rio de Janeiro. Tais fatos ocorrem concomitantemente num processo que se molda ao longo de toda a segunda metade do século XVIII e início do século XIX⁵⁹.

Durante a segunda metade do setecentos Vila Rica vê a participação de vários setores se dinamizar, sendo a maioria de sua população não mais

⁵⁸ Sobre a economia do bem comum nas Minas Gerais ver SILVA, Flávio Marcus. *Subsistência e poder: a política de abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas*.

⁵⁹ Ver entre outros BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais 1720-1888*. São Paulo: EDUSC, 2004; CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (tese de doutorado); ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial (1750-1822)*. Rio de Janeiro: UFF, 2001. (tese de doutorado).

dependente da mineração. Na derrama fiscal de 1764 dos 3.531 indivíduos que contribuíram para a derrama, apenas 545 se dedicavam a mineração e 547 já se dedicavam a atividades comerciais como lojas, vendas, tavernas, caixeiros, estalajens e toucinheiros ⁶⁰. Além disso, 594 sujeitos se dedicavam a ofícios mecânicos, 529 a ser jornaleiros, 298 a atividades agropecuárias. Dado claro de mudança nas estruturas econômicas de Vila Rica, com maior complexificação dentre as atividades exercidas pelos habitantes do termo.

Na segunda metade do século XVIII a presença do elemento forro no conjunto da sociedade aumenta substancialmente.

Sendo assim, a segunda metade do século XVIII se demonstra como propício para estudarmos o pequeno comércio, pois o setor comercial vem ganhando espaço na Vila, o elemento forro também vem crescendo. Ou seja, estudar as mulheres Mina, muitas delas forras, neste período é evidenciar na base como tal processo ocorreu.

2.1 O universo mercantil e o pequeno comércio nas Minas: caracterização

Como vimos, Vila Rica desde cedo se tornou um grande centro político, econômico e com um altíssimo número de pessoas, para os níveis da época,

⁶⁰ CMOP. Códice 82, Rolo 35, Gaveta E 02. Lançamento de Derrama. Ano de 1764. Para comparação, nesta mesma fonte 545 pessoas declararam viver da mineração.

habitando-a. Era, então, imprescindível que se forma-se uma rede mercantil para abastecer o novo mercado consumidor. O que culminou com a criação de uma complexa rede de pessoas envolvidas com o comércio de gêneros em geral. Essa rede de abastecimento envolvia desde os chamados comerciantes de grosso trato da praça mercantil do Rio de Janeiro até os chamados pequenos comerciantes que se dedicam ao comércio a varejo.

Inicialmente se definiu em caracterizar os agentes mercantis das Minas em fixo e volante. Sendo fixo o realizado em espaços formais como lojas, armazéns e quitandas, tavernas, etc, e o volante ou ambulante, o praticado por mascates, comissários volantes, negras de tabuleiro, comboieiros, tropeiros entre outros. Claudia Chaves assim se refere sobre o mesmo:

Havia dois tipos distintos de comerciantes no mercado colonial mineiro. O primeiro compreendia os comerciantes que transportavam e vendiam suas mercadorias pelos caminhos de Minas, nas Vilas e arraiais sem localização fixa ou em feiras (...) Entre eles estavam o tropeiro, o comboieiro, o boiadeiro, o atravessador, mascate, a negra de tabuleiro. A segunda categoria de comerciantes está representada pelos que compravam e revendiam mercadorias em estabelecimentos fixos. Compunham este grupo os vendeiros, os lojistas e os comissários (...) ⁶¹.

Um dos primeiro trabalhos que tratam sobre os agentes mercantis nas Minas é o clássico estudo de Mafalda Zemella⁶². A autora caracteriza como pequeno comércio lojas e vendas e também os comerciantes que faziam o

⁶¹ CHAVES, Cláudia M das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Anablume, 1999. p. 49.

⁶² ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1990. O trabalho é resultado do doutorado da autora defendida na USP em 1951.

comércio volante como tropeiros, ambulantes, comboieiros, entre outros. Como se percebe, a caracterização segue a divisão básica entre comércio fixo e volante.

Além disso, Zemella já destaca a associação entre pequeno comércio e núcleos urbanos, sendo o primeiro uma forma de atrair e fixar povoamento. Entretanto, são pequenos comerciantes para a autora desde os agentes que fazem o comércio entre a região mineradora e outras capitanias, como os que atuavam no universo restrito das Vilas, caso das lojas e vendas.

Segundo Zemella, nas lojas eram vendidos produtos de fazenda seca como indumentárias, produtos do Reino, ferramentas e perfumarias. Outra característica destes estabelecimentos era sua localização privilegiada, normalmente ficando nas regiões centrais das freguesias e Vilas mineiras. Já as vendas eram estabelecimentos menos sofisticados onde se vendia os chamados molhados: gêneros comestíveis de primeira necessidade como aguardente, farinha, carne e peixe seco⁶³. Para o estado este local era freqüentado por indivíduos perigosos, sendo alvo de controle em todo território mineiro⁶⁴.

Entretanto neste ponto cabe uma ressalva. A divisão entre o que viria a ser uma loja e o que seria uma venda não é algo rígido e bem definido como propõe Zemella. Isso porque a divisão entre o que vendia um e outro não era exata. Para alguns, como Renato Venâncio e Júnia Furtado, não haveria distinção

⁶³ *Idem*, p. 178.

⁶⁴ O clássico trabalho sobre a perseguição e os indivíduos donos e freqüentadores de tais ambientes é o de FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

entre o que vendia uma loja e o que vendia uma venda. A diferenciação se dada pela localização. Nas palavras dos próprios autores:

As lojas não eram, portanto, especializadas. Em geral recebiam tal denominação por terem grandes dimensões e por estarem situadas no centro das vilas. As vendas, por sua vez, tinham menor porte e localizavam-se na periferia comercializando principalmente alimentos e bebidas alcoólicas, quase sempre para escravos.⁶⁵

Creemos que os autores se valeram do Códice Costa Matoso para estipularem tal caracterização, pois segundo o mesmo lojas eram “*estabelecimento comercial de mercadorias e fazendas no espaço urbano*”. Quanto a vendas “*estabelecimento comercial localizado nas estradas e caminhos fora do espaço urbano*”⁶⁶.

A própria documentação colonial é ambígua sobre o tema, não havendo padronização. Na documentação sobre almotaçaria havia grande confusão sobre o assunto. Existiam designações como lojas de molhados ou vendas de seco nestes estabelecimentos em Mariana, como bem notou Flávio Puff em sua pesquisa⁶⁷. Já para Vila Rica a documentação é ainda mais ambígua. Em algumas fontes existe a diferenciação entre loja e venda⁶⁸. Em outras não⁶⁹. Nos livros que estudei todos

⁶⁵ FURTADO, Júnia Ferreira & VENÂNCIO, Renato Pinto. Comerciantes, tratantes e mascates. In: PRIORE, Mary Del(org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado nos 500 anos de história*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2000. p.103.

⁶⁶ FIGUEIREDO, Luciano (coord. Geral). Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2 v. p. 105 e 126.

⁶⁷ PUFF, Flávio. *O pequeno comércio nas Minas setecentista: estabilidade, diversidade e hierarquia* (Camargos e Mariana 1716-1755). Juiz de Fora: UFJF, 2007.

⁶⁸ APM. CMOP 44 A, Rolo 29. Registro de licenças de vendas, lojas e ofícios (1753-1758).

⁶⁹ É o caso da documentação por mim trabalhada APM, CMOP 101, Rolo 40. Licenças para o estabelecimento de vendas (1773-1794).

os estabelecimentos fixos vêm designados como vendas. Acreditamos que sejam tanto lojas e vendas chamadas pelo mesmo porque o perfil social dos donos dos estabelecimentos é semelhante a outras análises que tratam destes estabelecimentos, como explicaremos a seguir.

Outra pesquisa que estudou os agentes mercantis mineiros é o já citado trabalho de Claudia Chaves, que estudou os agentes mercantis ligados à importação de mercadorias para as Gerais na segunda metade do século XVIII, através dos registros de entradas de mercadorias. O ponto central do estudo é a caracterização do perfil e a atuação dos agentes mercantis. Através da análise de suas fontes a autora quantifica a frequência de passagem dos comerciantes nos registros, as mercadorias atravessadas e o imposto pago. Suas conclusões são as de que devido as características do mercado colonial havia baixa especialização e estabilidade dentre a maioria dos comerciantes. Enquanto que uma minoria tinha especialização e grande estabilidade, o que os levava a concentrar boa parte das passagens como dos impostos pagos.

Já a tese de doutorado de Júnia Furtado⁷⁰ é outro importante trabalho para caracterizarmos o universo mercantil das Minas. Seu estudo recai sobre os grandes comerciantes que se dirigiram para as Minas após sua descoberta e como estes funcionaram como uma rede de expansão do domínio português sobre a região. O objetivo central da autora é tentar entender como se deu a relação entre

⁷⁰ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

poder central e comerciantes, haja vista a rejeição social que estes enfrentavam em sociedades de Antigo Regime.

Tal quadro se contrapunha ao papel desempenhado pelo setor mercantil no processo de expansão ultramarina e também no desenrolar da colonização da América Portuguesa. Assim, através do enriquecimento econômico que o comércio proporcionava estes comerciantes buscavam estratégias de ascensão social, como a entrada em Irmandades leigas, aceitação como familiar do Santo Ofício e a compra de terras. Entretanto, a autora faz questão de frisar que só os grandes comerciantes tinham chances de empreender tais estratégias, pois ocupavam o topo da hierarquia comercial: o comércio ultramarino de mercadorias. O grosso dos comerciantes, aqui chamados de pequenos, eram relegados neste processo. Isso porque ao comerciarem os produtos em lojas e vendas diretamente a população o faziam com os mãos, portavam um defeito segundo as normas sociais da época, o defeito mecânico e também os lucros alcançados em tal modalidade eram imensuravelmente menores do que no topo da hierarquia. O que não significa que não buscassem também ascender socialmente dentro de seu próprio grupo social.

O quadro desenhado por Furtado de marginalização dos pequenos comerciantes é demonstrado por Luciano Figueiredo em “O Averso da memória”⁷¹. Trabalho inovador e essencial para entendemos o universo dos

⁷¹ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

pequenos agentes mercantis. No trabalho o autor busca entender o porque de tantas mulheres, principalmente escravas e forras, se dedicarem a tal modalidade, principalmente a vender seus produtos pelas ruas das freguesias e arraiais mineiros. Isso mesmo enfrentando forte perseguição do estado, que ao longo do século XVIII emitiu vários alvarás e bandos visando controlar a participação destas que o autor chama de “desclassificadas do ouro”. Outro dado significativo demonstrado pelo autor é a forte presença feminina também no comércio fixo e o aumento da participação feminina nesta modalidade ao longo do século XVIII, chegando a superar os homens na segunda metade deste século.

Outra contribuição a discussão do tema é o estudo conjunto também já citado de Venâncio e Furtado, que fazem uma revisão historiográfica sobre o tema na América Portuguesa. O trabalho não apresenta inovações. Sintetizando as principais conclusões sobre o setor mercantil nas últimas décadas como divisão entre comércio fixo e volante, alto número de pessoas envolvidas em tal ramo econômico entre outras. Porém, os autores fornecem uma importante indagação do dizerem que estudar o pequeno comércio é tarefa árdua. Principalmente ao baixo número de estudos especificamente sobre este setor, como também o pouco número de fontes que tratam dos agentes mercantis desta modalidade, principalmente as mulheres forras. Segundo os próprios autores:

Acompanhar a trajetória de vida dessas pequenas comerciantes é algo bem mais complexo do que investigar a vida dos então denominados mercadores

de grosso trato, pois as vendeiras e mulheres de tabuleiro deixaram menos documentos do que os magnatas coloniais. Muitas delas, como “Antonia de Tal”, não possuíam sobrenome, requisito básico para disporem de genealogia, ou mesmo, mais modestamente, para propiciarem ao historiador um indício que permitisse acompanhá-las ao longo do tempo.⁷²

Como vimos, o setor mercantil envolveu desde cedo uma grande variedade de sujeitos sociais. Eram brancos, mulatos, negros, como também livres, forros e escravos. Grande variedade de formas e alcance. Logicamente se modelou uma forte hierarquia no setor mercantil, reflexo da sociedade estratificada, típica de um Antigo Regime que aqui foi ainda mais estratificada devido a escravidão.

Poucos são os trabalhos que conseguem entender tal hierarquização, como também a partir desta definir quem é pequeno e quem é um grande comerciante. Alcançar esse objetivo é um dos méritos do trabalho de Flávio Puff⁷³. O autor desenvolve uma revisão historiográfica sobre os agentes mercantis na América Portuguesa, chegando a conclusão de que é necessário para se definir quem é um comerciante de grosso trato e quem é agente mercantil de arraial miúda é preciso se ter em mente, primordialmente, a hierarquização no universo comercial. Segundo o autor:

Todavia, os estudos acerca da atividade mercantil mais recentes vêm buscando diferenciar as diferentes modalidades do comércio na América portuguesa sob outro espectro, o da hierarquização. Hierarquização essa que é ditada pela capacidade de investimento que um dado comerciante possui e que o permite auferir maiores lucros e conseqüentemente acumular maior

⁷² FURTADO, Júnia Ferreira & VENÂNCIO, Renato Pinto. Comerciantes, tratantes e mascates. In: PRIORE, Mary Del(org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado nos 500 anos de história...*p. 104.

⁷³ PUFF, Flávio. *O pequeno comércio nas Minas setecentista: estabilidade, diversidade e hierarquia* (Camargos e Mariana 1716-1755). Juiz de Fora: UFJF, 2007.

quantidade de capital. Isso faz com que determinadas atividades, como as ligadas ao comércio exterior, somente sejam acessíveis a pequenos grupos, excluindo deste tipo de empreendimento a grande massa de comerciantes, em uma espécie de “divisão social do comércio”⁷⁴.

Por isso é necessário uma tipologia em que se procure definir quem são os agentes mercantis nas Minas em que se estabeleça a hierarquização existente neste. Um dono de lojas de escravos, por exemplo, está numa situação econômica e social bem mais forte do que um mascate ou uma dona de venda e estes se situam numa situação superior do que uma negra de tabuleiro. Sendo assim, o grau de inserção do estabelecimento com o mercado externo a praça em que atua, o tipo de mercadoria vendida e também se a modalidade era fixa ou volante eram fortes variáveis de hierarquização na atividade⁷⁵.

Pelo exposto, uma tipologia do comércio assim se define: na base estavam aqueles responsáveis pelos ramos de comércio menores como as lojas, vendas, comboios, tropeiros e negras de tabuleiro. E no topo da hierarquia mercantil os responsáveis pelo tráfico de escravos, pelo comércio interno entre capitanias, pela distribuição de importados e pelo mercado de crédito. Ou seja, os pequenos comerciantes são os donos de lojas e vendas (fixo) e os tropeiros, comboieiros, mascates e negras de tabuleiro (volante). Sendo assim, o grau de inserção do

⁷⁴ *Idem*, p. 45.

⁷⁵ A bibliografia sobre o setor mercantil na América Portuguesa vem aumentando substancialmente nos últimos anos, tal fato impossibilita um comentário sobre cada uma destas obras, pois excederia os limites e objetivos propostos pra este secção: definir pequeno comércio. Para maiores informações ver FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

estabelecimento com o mercado externo a praça em que atua, o tipo de mercadoria vendida, os lucros auferidos e também se a modalidade era fixa ou volante eram fortes variáveis de hierarquização na atividade.

Outra importante conclusão de Puff são as diferenças socioeconômicas inerentes ao próprio pequeno comércio. O autor se utilizou de uma variedade de fontes que o permitiu traçar um perfil dos agentes mercantis inseridos no comércio a miúdo. Resultado alcançado através do cruzamento entre a documentação que trata sobre o pequeno comércio, a almotaçaria, e inventários e testamentos.

As principais conclusões do autor são: pequeno comércio como atrativo pra um grande número de pessoas devido ao baixo capital necessário para nele se estabelecer; forte participação feminina que estava associada a sua condição social (escrava e forra) e que era maior na modalidade volante; forte hierarquização entre as modalidades, sendo os donos de lojas o ápice e a venda de molhados , tanto fixa como volante, o nível mais baixo⁷⁶.

⁷⁶ Sobre a hierarquização ver PUFF, Flavio. *O pequeno comércio nas Minas setecentista: estabilidade, diversidade e hierarquia* (Camargos e Mariana 1716-1755) p. 75-100, que se refere ao capítulo 3 da dissertação, intitulado A hierarquia do pequeno comércio: estabilidade e diversificação.

2.2 O pequeno comércio em Vila Rica: quantificação e perfil social

Ao longo do século XVIII o setor mercantil ganha espaço dentro da sociedade mineira. Isso principalmente por dois motivos. O desenvolvimento relativo ao acompanhamento do crescimento da população mineira. E também o crescimento relativo a mudança do principal eixo econômico da região, que muda da mineração para a agricultura de subsistência e a importação de gêneros de primeira necessidade para o mercado do Rio de Janeiro. Entre estes anos, o comércio a retalho, tanto o fixo como o volante, cresceu em termos numéricos reforçando-o como o principal elemento responsável pelo abastecimento a varejo da população.

Os dados sobre o número de lojas e vendas em Vila Rica são do primeiro quartel do século XVIII. Donald Ramos nos informa que em 1715 havia 103 lojas e vendas na recém criada Vila Rica. Figueiredo⁷⁷ nos diz que em 1716 havia 190 lojas em Vila Rica, sendo que apenas dez (6%) eram controladas por mulheres. Já em 1728, as vendas somavam 322 e as lojas 114. Um aumento espetacular de 323 estabelecimentos num curto intervalo de tempo. O que demonstra o rápido crescimento da rede comercial em Vila Rica⁷⁸.

⁷⁷ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII* ... p. 56.

⁷⁸ RAMOS, Donald. *A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*. Flórida: The University of Florida, 1973. p. 182.

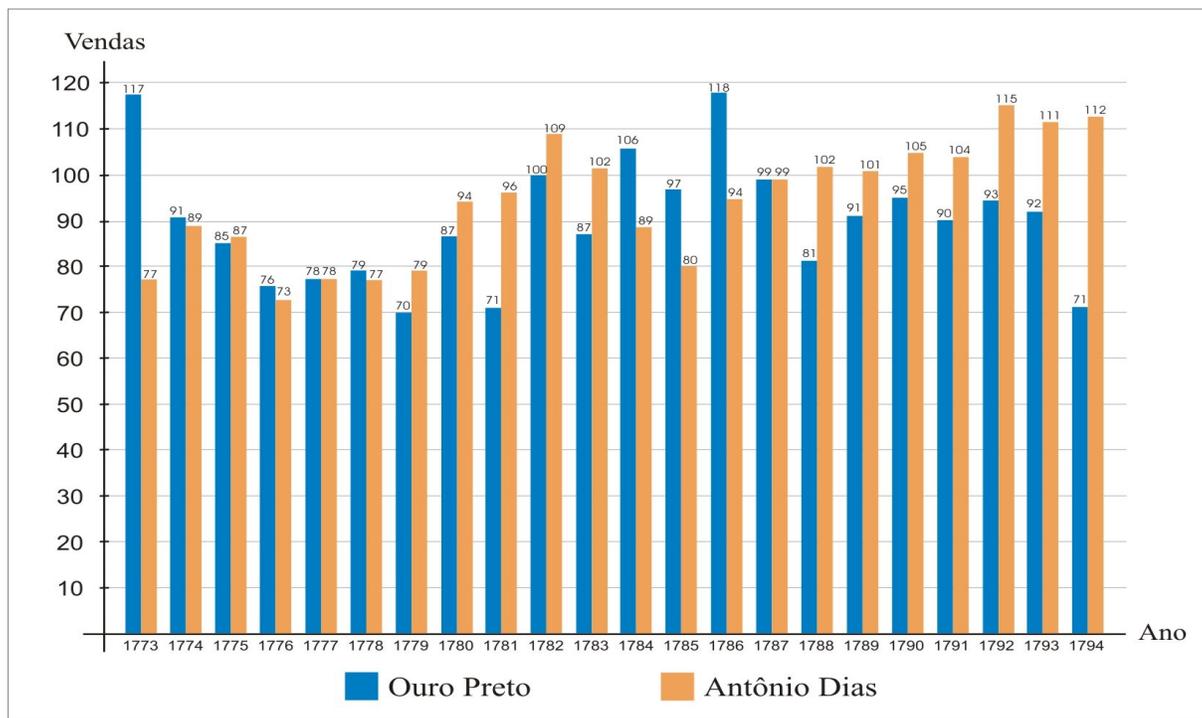
O crescimento do pequeno comércio continua no terceiro quarto do século XVIII. Em 1764 acontece uma derrama fiscal em Vila Rica, que nos propicia um mapeamento das atividades desenvolvidas pelos moradores do termo. Como já informamos, havia 577 indivíduos que se dedicavam a atividades ligadas ao comércio no termo. Destes 79 se declaram como dona de lojas ou de venda na freguesia de Ouro Preto. Em Antonio Dias o número de pessoa que se autodeclararam como vivendo de renda provinda de estabelecimentos comerciais fixos foi de 71. Figueiredo identificou em 1773 697 estabelecimentos comerciais em todo o termo de Vila Rica⁷⁹.

O levantamento por mim realizado para as freguesias de Antonio Dias e de Ouro Preto apresenta o seguinte número de estabelecimentos comerciais entre os anos de 1773-1794.

Gráfico 01

Número de estabelecimentos fixos das freguesias de Antonio Dias e Ouro Preto (1773-1794)

⁷⁹ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII ...* p. 56.



Fonte: APM, CMOP 101, Rolo 40. Registros de Licença para vendas (1773-1794)

Para o ano inicial da pesquisa o número de estabelecimentos fixos em relação à devassa de 1764 subiu em ambas freguesias. Em Antonio Dias saltou de 71 para 77. Em relação a Ouro Preto o número aumentou, passou de 77 para 117⁸⁰. Acredito que os dados demonstram um crescimento do número de estabelecimentos fixos durante quase todo o setecentos.⁸¹ Para mim, tal fato deve

⁸⁰ Como os dados entre uma data e outra provêm de fontes diferentes, 1764 do livro de devassa e 1773 do registro de licenças para vendas, cremos que isso explica o vertiginoso aumento de 79 para 117 pessoas que vivem de seu trabalho em estabelecimento fixo em Ouro Preto. Além disso, em nenhuma outra comparação entre diferentes fontes e períodos por mim feita apresenta um aumento de 49% em um intervalo de tempo de 9 anos. Entretanto, ressaltamos que o aumento apontado pelas fontes provavelmente aconteceu. Isso porque, como já dissemos, havia uma migração de pessoas que se dedicavam à mineração para outras atividades econômicas.

⁸¹ Como já salientei, acreditamos que não havia uma padronização no critério dos estabelecimentos por porte das agentes fiscalizadores da atividade. Assim sendo, comparamos os dados referentes a somatória de lojas e vendas da devassa com o número de vendas da fonte.

ao declínio da atividade mineradora e a conseqüente migração das pessoas que trabalhavam nesta atividade para outras, entre estas o pequeno comércio.

Durante o período da pesquisa a freguesia de Antonio Dias teve um acréscimo do número de estabelecimentos fixos substancial. Passou de 77 em 1773 para 89 em 1774. Na década de 80 subiu para a casa de mais de 90 estabelecimentos e fechou os últimos anos da pesquisa com mais de 110 estabelecimentos. Além disso, em 1782 pela primeira vez existem mais lojas em Antonio Dias do que em Ouro Preto. E após 1788 Antonio Dias retoma a dianteira novamente, posição que mantém até o último ano de nossos estudos.

Na freguesia de Ouro Preto encontramos dados um pouco diferentes aos de Antonio Dias. No primeiro ano da pesquisa o número de vendas é altíssimo, 117. Só fica atrás aos 118 estabelecimentos comerciais encontrados na localidade no ano de 1786. No geral, a aspecto mais relevante é o de pequena queda no número de vendas em Ouro Preto. Já de 1773 para 1774 o número cai de 117 para 91, uma queda de 25%. E continua caindo até chegar a 70 em 1779, ano em que o número volta a subir, chegando ao ápice de 118 já citados, quando volta a cair, fechando em 1794 com 71 estabelecimentos fixos em Ouro Preto, mas mantendo uma média superior aos 90 estabelecimentos de 1789 a 1793.

Por fim, o constante aumento do número de estabelecimentos em Antonio Dias e Ouro Preto contrasta com o cenário de crise apontado por alguns autores

para Vila Rica no último quartel do século XVIII⁸². Principalmente quando consideramos que é no fim do século XVIII que o número de vendas na freguesia de Antonio Dias aumenta substancialmente. Passou de 80 em 1782 para 115 em 1792 e no último ano da pesquisa, 1794, eram 112 estabelecimentos fixos. A crise propalada pela historiografia se realmente existiu no grau proposto não demonstrou reflexos no pequeno comércio de Vila Rica.

Entendo que a queda do número de estabelecimentos comerciais em Ouro Preto não descaracteriza hipóteses aqui propostas de ser o pequeno comércio atrativo para um grande número de sujeitos sociais. A alta do percentual de estabelecimentos em Antonio Dias compensa a queda. Em 1773 eram 194 estabelecimentos comerciais nas duas vilas, em 1794 eram 183. E nos anos de 1782, 1786, 1792 e 1793 o número de estabelecimentos comerciais em ambas as Vilas era maior do que em 1773, superando em todos esses anos a casa dos 200 estabelecimentos comerciais. Por fim, acredito que o número de lojas e vendas possa ser maior, pois a tentativa de bular a fiscalização, ou seja, o indivíduo burlado não aparece nos registros, era prática recorrente no pequeno comércio⁸³.

Passemos agora análise da participação no pequeno comércio segundo o sexo dos agentes mercantis.

⁸² Ver principalmente COSTA, Iraci Del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1982

⁸³ Sobre tal prática ver os trabalhos já citados de Flavio Puff e Luciano Figueiredo. Nos arquivos colônias minérios e comum termos códices contendo as multas aplicadas pelos almotacés aos comerciantes. Exemplos dessa prática é o códice . Inclusive este abarca parte de nosso período e um estudo conjunto de fontes com tal códice pode lançar luz sobre a veracidade da hipótese aqui proposta.

Entre os anos da pesquisa são concedidas 4026 licenças de vendas para 1432 comerciantes. Destes 746 eram homens, que concentraram 2066 licenças. Quanto às mulheres eram 689 e concentraram 1960 licenças. Em Ouro Preto encontramos 339 mulheres contra 397 homens. Já em Antonio Dias encontramos 350 mulheres e também 350 homens na atividade comercial. Ou seja, a região mais central e populosa da Vila, Ouro Preto, atraiu um maior número de homens pra a atividade.

atividade essencialmente feminina nas Minas Gerais durante o século XVIII _ assim como em outras regiões coloniais da América Portuguesa (...) envolvendo mulheres pobres de variada cor e condição na função de vendeiras (executando transações em pequenos estabelecimentos fixos) ou na condição de ambulantes⁸⁴.

Entendemos que a divergência entre os dados por mim apresentados e os de Figueiredo se devem ao local em questão de cada estudo. Isso porque nas regiões centrais das Vilas havia uma maior ocorrência de homens frente ao pequeno comércio. Tal fato ocorre para Vila do Carmo. Puff encontrou para a freguesia de Mariana 1020 comerciantes que atuaram no pequeno comércio fixo, sendo que destes 66,7 eram homens e 33,3 mulheres⁸⁵. Já em Camargos foram 263 comerciantes, sendo 155 (59%) homens e 108 (41%) mulheres, também na modalidade fixa. Isso se deve ao interesse por parte dos grupos comerciais, como

⁸⁴ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII* ... p. 33.

⁸⁵ PUFF, Flavio. *O pequeno comércio nas Minas setecentista: estabilidade, diversidade e hierarquia (Camargos e Mariana 1716-1755)*... p. 104. É importante ressaltar que a fonte usada pelo autor nestes dados, registros de almotaçaria, abarcavam tanto o comércio fixo como o volante.

os portugueses, que não alcançam o topo da hierarquia comercial se envolver com o comércio a miúdo como forma de tentar ascender socialmente ou até mesmo de grandes comerciantes que se envolvem com o pequeno comércio como forma de diversificar seus negócios⁸⁶. Sendo assim, os dados de Figueiredo se referem a todo o termo de Vila Rica, englobando várias áreas periféricas que, sem dúvida alguma, tinham participação feminina ainda maior.

Outra trabalho que também evidencia a participação masculina no pequeno comércio de Vila Rica são as devassas cíveis estudadas por Carmem Lemos. Em seus estudos autora encontrou entre suas testemunhas 159 homens que se identificaram como lojistas ou vendeiros, contra apenas 46 mulheres⁸⁷.

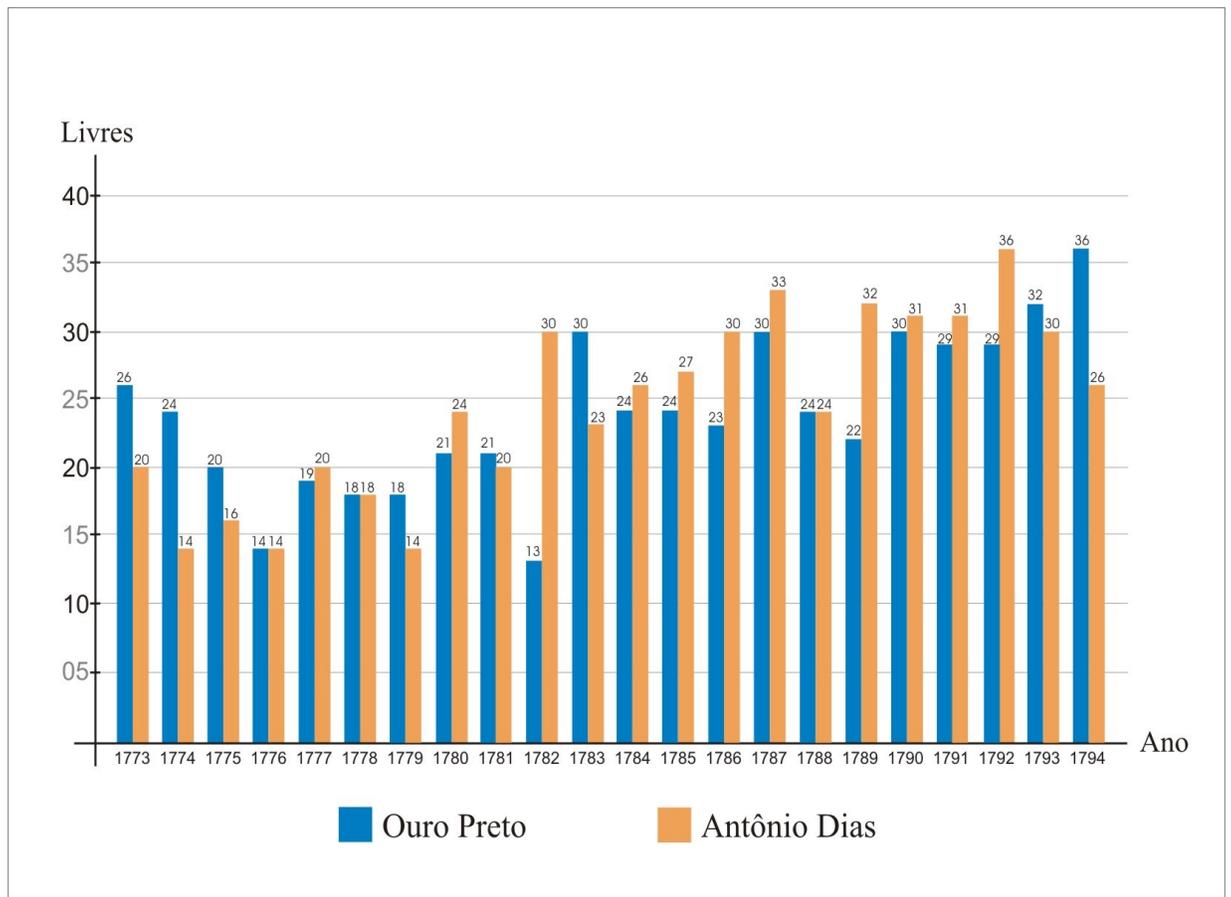
Na verdade, cremos que pelo exposto a participação feminina é forte e extremamente preponderante. Assim, precisamos nos deter no porque de tantas mulheres estarem a frente de tal modalidade. Faremos isso nos detendo sobre a participação de livres, forras e escravas.

⁸⁶ Sobre hierarquia e diversificação no pequeno comércio ver PUFF, Flavio. *O pequeno comércio nas Minas setecentista: estabilidade, diversidade e hierarquia* (Camargos e Mariana 1716-1755) p. 75-100. Capítulo 3 intitulado A hierarquia do pequeno comércio: estabilidade e diversificação.

⁸⁷ LEMOS, Carmem. *A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da comarca de Vila Rica (1750-1808)*. FAFICH/UFMG, 2003. s/p (anexos de testemunhas). Aqui é importante ressaltar que os dados estão superdimensionados em relação aos homens devido a natureza da fonte estudada pela autora, pois o número de homens, 2.689, era bem maior do que o de mulheres, 328. Nas palavras da autora suas fontes demonstram que “majoritariamente o contingente masculino era o que tinha fé pública naquela sociedade” p. 13

Gráfico 02

Número de estabelecimentos fixos das freguesias de Antonio Dias e Ouro Preto sob o comando de mulheres livres (1773-1794)



Fonte: APM, CMOP 101, Rolo 40. Registros de Licença para vendas (1773-1794)

A primeira vista nos impressionamos com a alta participação de mulheres livres no pequeno comércio. Sua média começou baixa. Em 1773 das 96 mulheres que atuaram frente ao comércio a retalho, apenas 46 (48%) eram livres. Apenas em 1794 o número de mulheres livres ultrapassa a soma de forras e escravas. Das 101 mulheres com licença este ano, 61 (60%) eram livres. A

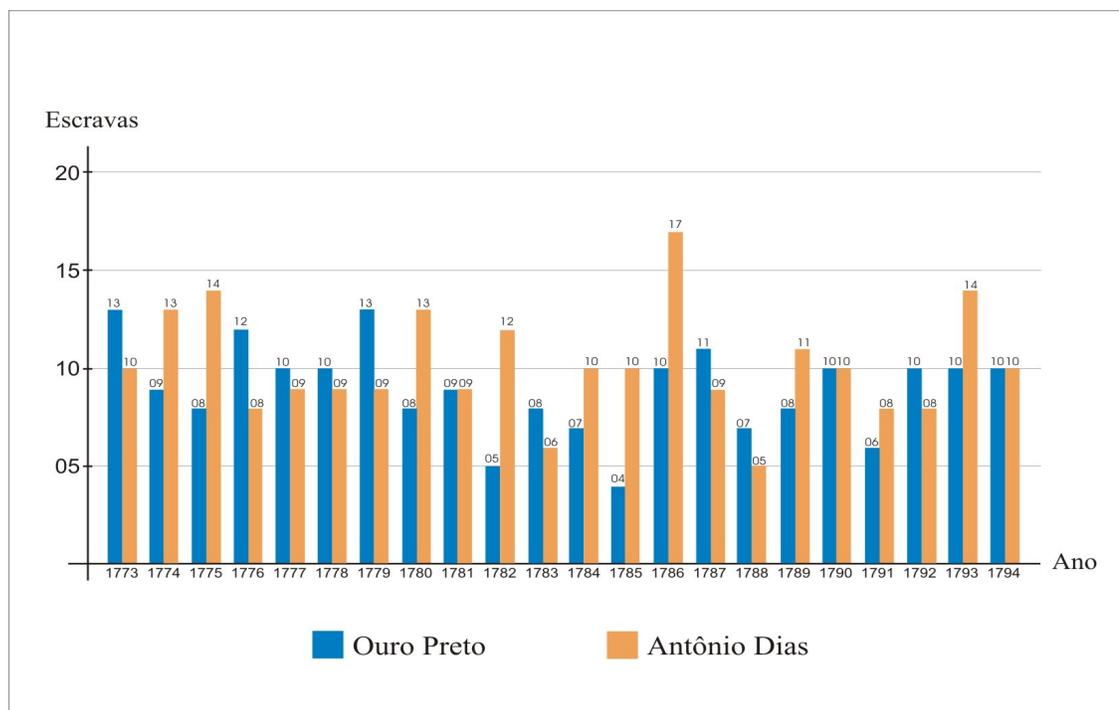
porcentagem continua aumentando e em 1794 eram 62 (68%) mulheres livres, contra 28 forras e escravas.

Entendemos que tais dados têm duas explicações. Primeiro, o número de mulheres que aumenta ao longo do século em Vila Rica, sendo expresso pela grande quantidade de mulheres chefes de domicílio na região na segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Figueiredo explica que em Portugal havia uma certa inserção social de mulheres portuguesas no comércio, o que deve ter se repetido por aqui. Também é necessário ressaltar que nas Minas muitas pessoas viviam de do trabalho de seus escravos de ganho. Acredito que parte das mulheres que tiraram licença para a venda poderiam ter suas escravas trabalhando na modalidade. Entendo que o cruzamento de fontes sobre estas mulheres livres, como testamentos, pode esclarecer ou não a sustentabilidade desta hipótese. Por fim, como demonstra Sheila de Castro Faria⁸⁸, muitas mulheres forras Minas ensinavam a suas ex escravas e demais descendentes a atuação no pequeno comércio. Sem assim, é plausível supor que parte das mulheres livres ou não foram identificadas como forras ou eram livres, mas com ascendência escrava que aprenderam com mulheres africanas a atuação no pequeno comércio. Mas uma vez é o cruzamento de uma gama mais variada de fontes que pode evidenciar ou não mais esta suposição.

⁸⁸ FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. p. 212-227.

Gráfico 03

Número de estabelecimentos fixos das freguesias de Antonio Dias e Ouro Preto sob o comando de mulheres escravas (1773-1794)



Fonte: APM, CMOP 101, Rolo 40. Registros de Licença para vendas (1773-1794)

A participação de mulheres escravas no pequeno comércio se mantém razoavelmente constante ao longo do século XVIII com entre 12 a 08 mancípios registrando licença por ano em cada freguesia. Em apenas 05 anos este número não foi alcançado em Ouro Preto (1782,1783,1784, 1788 e 1791) e em apenas dois anos foi ultrapassado (1773 e 1779). Nos outros 15 anos se alcançou a média. Aqui fica evidente o emprego de escravos de ganho por parte de seus senhores em uma atividade que as escravas conheciam. Acredito que a maioria

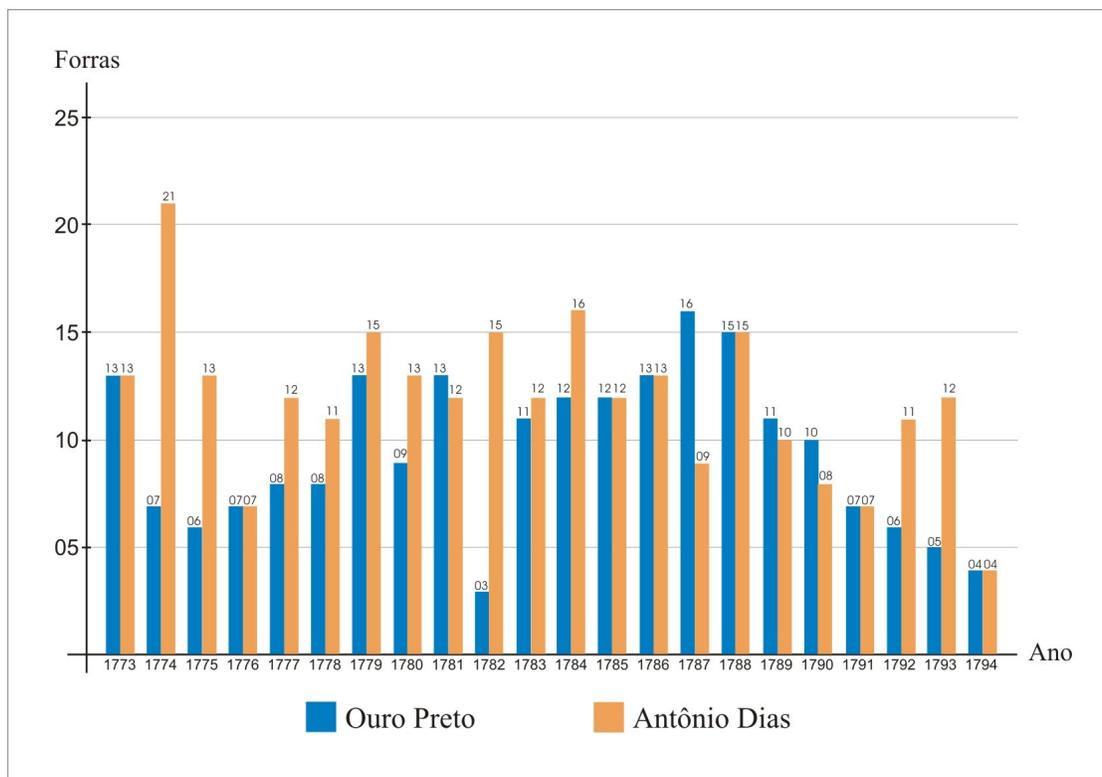
destas mulheres em originárias da costa da Mina e seus senhores sabendo de seu conhecimento acerca do pequeno comércio a empregavam, deliberadamente, como donas de estabelecimentos fixos. Alguns trabalhos salientam a alta participação de mulheres africanas em tal modalidade além do já citado Figueiredo. Mary Karasch foi precursora neste tipo de afirmação. A autora constatou que era alta a participação da população escrava feminina africana. Para ela, isso se deve a uma herança cultural africana. Do lado direito do atlântico havia uma forte divisão sexual do trabalho, em que as mulheres eram responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo controle do mercado⁸⁹. A mesma afirmação é feita por Selma Pantoja, que para explicar a participação das africanas no comércio também salientou que tal característica era uma herança africana⁹⁰.

⁸⁹ KARASCH, Mary C.. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808- 1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 254.

⁹⁰ PANTOJA, Selma. Dimensão Atlântica das quintandeiras. In FURTADO, Junia (org). *Diálogos oceânicos*: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

Gráfico 04

Número de estabelecimentos fixos das freguesias de Antonio Dias e Ouro Preto sob o comando de mulheres forras (1773-1794)



Fonte: APM, CMOP 101, Rolo 40. Registros de Licença para vendas (1773-1794)

A presença de mulheres forras se manteve alta até o fim da década de 1780, quando decaiu sensivelmente. Em alguns anos havia mais mulheres forras do que livres registrando licença de suas venda em Antonio Dias, como em 1774 e em 1775. Como salientei sobre a presença escrava, creio que também entre as forras a maioria fosse de africana, hipótese que aprofundarei no próximo capítulo.

Entre estes anos 103 mulheres forras retiraram licença de vendas. 24 aparecem durante um período de tempo igual ou superior a 06 anos⁹¹. Sendo que destas 14 aparecem por mais de 10 anos. Ou seja, estas mulheres detinham o conhecimento de atuação frente ao pequeno comércio, conseguindo nele atuar por tempo suficiente para acumular patrimônio. Sem assim, no capítulo 03 estudarei os casos de algumas destas mulheres que tiveram atuação destacada frente ao comércio a varejo.

⁹¹ A relação completa dessas mulheres encontra-se no Anexo 01

3. Identidade negra na América lusa, uma herança africana

O debate sobre identidade negra e se a mesma foi influenciada ou não pela cultura africana é um tema antigo na historiografia. O sistema escravista propiciava espaço para a atuação de escravos e forros africanos a partir de parâmetros sociais, econômicos e culturais aprendidos ainda na parte direita do Atlântico? Hoje, esse debate tem um consenso da importância que a cultura africana teve para a formação das sociedades no Novo Mundo. Sheila de Castro Faria, após uma excelente discussão historiográfica acerca do tema, assim se expressa:

Pode-se considerar que, hoje, há um certo consenso historiográfico não só sobre a permanência de costumes e práticas africanas entre os escravos, como também sobre o fato de que a sociedade brasileira de hoje é inexoravelmente tributária desta herança. A maior divergência encontra-se, sem dúvida, na questão de se a vida cotidiana e as formas de adaptação ou resistência ao cativo criaram comunidades com identidades e solidariedades próprias, apesar da multiplicidade étnica existente, ou se as rivalidades foram tão preponderantes que provocaram a dissensão, impedindo a formação de alianças que lhes dessem maior força no embate com os senhores⁹².

Depois de expor a disputa sobre o grau de solidariedade surgido entre os escravos e os libertos africanos no Brasil existente na historiografia, a autora se posiciona entre os que defendem a formação de comunidades com forte grau de

⁹² FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004.. p. 39 (tese para concurso de professora titular).

identidade baseada em normas culturais e sociais africanas. Faria expõe sua argumentação se centrando em como um grupo específico de africanos, os Mina, eram vistos sendo diferentes de outros grupos provenientes da África e também dos escravos nascidos na América lusa pelo colonizador. Além disso, em várias fontes que indicam acúmulo de pecúlio, como testamentos, inventários, cartas de alforria, entre outras, indicam que essa diferença lhes possibilitou uma posição privilegiada na sociedade colonial. Ou seja, indicam sucesso em estratégias de ascensão social e demonstram tal grupo como privilegiado no acesso a tais fontes, tendo grande preponderância em muitas dessas.

Ainda mais, as mulheres de tal grupo eram ainda mais privilegiadas do que os homens desse, com sua altíssima participação nos supracitados documentos. Isso ganhava contornos maiores pelo fato de elas serem minoria no total geral da população mancipia, como já salientamos. Mary Karasch nos fornece dados que confirmam tal argumentação. Segundo ela, entre 1807 e 1831 na cidade do Rio de Janeiro, dois terços das alforrias foram concedidas para mulheres⁹³. Isso se repete para a cidade de Salvador entre 1779 e 1850, local em que também quase dois terços dos alforriados eram do sexo feminino⁹⁴.

Outra importante constatação a ser feita é a de que as alforrias onerosas eram obtidas maciçamente por africanos e entre estes as mulheres eram também

⁹³ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p. 336.

⁹⁴ SCHWARTZ, Stuart B. (1988) *Segredos Internos*. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. São Paulo: Companhia das Letras. p. 275.

maioria. Através desses dados se evidencia a maior facilidade das mulheres em acumular patrimônio, conseguido com a execução de atividades como o do pequeno comércio, prostituta, fiandeiras, ama-de-leite, entre outras⁹⁵.

Continuando nossa linha de argumentação, eram os escravos da África Ocidental os que mais pagavam pela sua alforria. Entre 1700 e 1800 75% das mulheres Mina pagaram para obter sua liberdade e 53% dos homens deste grupo o fizeram. No século XIX a porcentagem das escravas desse grupo que pagaram por sua manumissão foi de 62%. Tais informações começam a evidenciar as primeiras impressões das especificidades do grupo de procedência Mina.

Os dados até aqui citados nos colocam a seguinte pergunta: o que teriam os Mina de diferente em relação a outros grupos de escravos? Segundo Manolo Florentino⁹⁶ os mancípios da Costa da Mina eram mais ocupados no serviço de rua (ganho), tinham maior eficácia na organização de suas instituições, como irmandades, associações de auxílio mútuo, cantos e família do que outros grupos africanos, por isso sua maior capacidade em acumular pecúlio, sendo as mulheres Mina eram mais privilegiadas do que os homens com tais qualidades. Acreditamos que todas esta gama de organização se assentava na bagagem cultural trazida da África por esse grupo de procedência e, em consequência, lhes

⁹⁵ A associação entre mulheres escravas e forras em tais atividades é recorrente na historiografia. Ver entre outros KARASCH, Mary Catherine *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850*. DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

⁹⁶ FLORENTINO, Manolo. “Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa”. In: *Topoi*, Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 7 Letras. 2002.

propiciava melhores condições de superar a sua condição de escravos. Entendemos que o maior privilégio das mulheres Mina se deve a preponderância na atuação a frente do pequeno comércio conseguido por essas em várias regiões e em diferentes contextos por toda a América lusa e espanhola⁹⁷.

Dentre os viajantes que cruzaram o Brasil entre os séculos XVIII e XIX alguns observaram que mulheres negras atuavam no comércio a varejo das cidades e vilas vendendo diversos produtos. Assim, nas pinturas de inúmeros artistas como Jean-Baptiste Debret, Thomas Ender e Johann Moritz Rugendas⁹⁸ as imagens de mulheres negras aparecem nessa atividade. Mais interessante ainda é notar que alguns viajantes, como Charles Expilly e Charles Ribeyrolles⁹⁹ salientaram algo que os outros, por descaso ou desconhecimento, não notaram: as mulheres Mina eram as negras que predominavam em tal atividade comercial.

Faria reproduz uma passagem do livro de Ribeyrolles que, apesar de seu tamanho, é extremamente valiosa:

Gostais da África? Ide, pela manhã, ao mercado próximo do porto. Lá está ela, sentada, acororada, ondulosa e tagarela, com o seu turbante de casimira, ou vestida de trapos, arrastando as rendas ou os andrajos. É uma curiosa e estranha galeria, onde a graça e o grotesco se misturam. Povo de Cam, debaixo da sua tenda.

⁹⁷ Para a atuação de mulheres africanas frente ao pequeno comércio na América espanhola BUSH, Barbara. *Slave women in Caribbean society - 1650-1838*. Kingston: Heinemann, 1990.

⁹⁸ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Martins, 4 vols, 1989; ENDER, Thomas. *Viagens ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender*. Rio de Janeiro: Petrobrás/BBA/Prefeitura do Rio de Janeiro, 2001 e RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Circulo do Livro, s/d.

⁹⁹ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. História – descrições – viagens – colonização. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, s/d e EXPILLY, Charles . *Mulheres e Costumes do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.

*Há também as negras vendedoras, matronas do lugar, patricias da manga e da banana, com o seu rosário de chaves. Essas **damas mercadoras** têm seus escravos que lhes arrumam as quitandas, vigiam, vendem ou vão colocar seus grandes cestos nas esquinas das ruas freqüentadas, tentando a curiosidade do passante. Não acrediteis que essa aristocracia do comércio negro, que tem prerrogativas e patentes, se deixe arrastar pelas suaves e santas piedades a ponto de socorrer os pés descalços da África, seus irmãos ou irmãs. Ela é avara e implacável. Só ama e compreende o dinheiro, e os próprios portugueses a respeitam em negócio¹⁰⁰s.*

A citação é clara. São mulheres africanas as damas mercadoras e formam uma aristocracia comercial no mercado do Rio de Janeiro. Ainda mais, tal elite do comércio não se deixaria comover pelo sofrimento de seus irmãos e irmãs africanos. Ou seja, atuava com identidade que excluía parte dos nascidos na África. Em outras partes de seu livro, o viajante deixa implícito que eram as mulheres Mina tais damas e que detinham até o respeito dos portugueses pela sua atuação à frente de seus negócios¹⁰¹. Sem dúvida alguma, a soberba que Ribeyrolles identifica se deve ao papel alcançado por tais mulheres em sua atuação no mercado do Rio de Janeiro.

Estudos recentes que dedicaram atenção ao tema do comércio varejista afirmam que este atraiu um grande número de indivíduos. Dentre esses, alguns salientam a alta participação de mulheres africanas na modalidade. Mary Karasch constatou que era alta a participação da população escrava feminina africana no

¹⁰⁰ Charles Ribeyrolles apud FARIA, Sheila. . *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850) ... p. 132-133.

¹⁰¹ Tal argumentação é feita por Sheila de Castro Faria, em suas palavras: “Apesar de não estar explícito, a *primeira classe das quitandeiras* deveria ser composta pelas pretas minas, por exclusão, posto que indicou as crioulas e as nascidas na África centro-ocidental na segunda e na terceira categoria, respectivamente” FARIA, Sheila. . *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850) ... p. 134.

comércio a varejo da cidade do Rio de Janeiro. Para ela, isso se deve a uma herança cultural africana. Do lado direito do atlântico havia uma forte divisão sexual do trabalho, em que as mulheres eram responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo controle do mercado¹⁰². A mesma afirmação é feita por Selma Pantoja, que para explicar a participação das africanas no comércio também salientou que tal característica era uma herança africana¹⁰³.

Em *Sinhás Pretas*, Faria se impressiona ao constatar que para a região do Rio de Janeiro e de São João Del Rei as mulheres Mina eram inferiores quantitativamente em relação a outros grupos da região congo-angolesa e, mesmo assim, foram elas que mais compraram as suas alforrias e deixaram testamentos. A autora, ao analisar os testamentos dessas mulheres, notou comportamentos homogêneos, tanto econômicos como sociais. A maioria dessas mulheres eram comerciantes, compravam mulheres da Costa da Mina em maior quantidade do que de outro grupo cultural, alforriava todos os filhos das escravas de seu grupo de procedência. Ou seja, essas mulheres atuavam em comunidade baseadas em uma identidade atribuídas a elas, mas que se reverteram a seu favor, a identidade Mina¹⁰⁴. Nas palavras da autora:

¹⁰² KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*... p. 254.

¹⁰³ PANTOJA, Selma. Dimensão Atlântica das quintandeiras. In FURTADO, Junia (org). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

¹⁰⁴ FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. (tese para concurso de professora titular). Ver especialmente a sessão Mulheres forras e pecúlio p. 156-167 e o capítulo VI “Sinhás pretas”: as damas mercadoras p. 176-236.

O grupo mina detinha, certamente, especificidades que o distinguia dos demais, fosse na forma da sua própria alforria, nos arranjos matrimoniais, na procriação, na composição das escravarias, na participação em irmandades e na concessão de alforria em vida ou nas disposições testamentárias¹⁰⁵

Outro trabalho que apontou a alta participação de africanas no comércio a retalho foi Carlos Soares em seu estudo sobre o comércio no Rio de Janeiro. Entretanto, o mesmo salientou que entre essas eram as mulheres Mina grande maioria. Em suas palavras “*Muitos bantos também encontraram ocupação no comércio de rua, mas nenhum outro grupo teve um exclusivismo ocupacional como as mulheres minas: quase 100% das mulheres desta nação no Rio eram quitandeiras*¹⁰⁶”.

3.1 Os Mina em Minas

A população escrava de Minas Gerais foi bastante heterogênea, contanto com aproximadamente 160 nações entre os anos de 1700 e 1850¹⁰⁷. Ao longo do século XVIII e início do XIX tal população sofreu importantes modificações. Entretanto, durante boa parte do século do ouro¹⁰⁸ os africanos foram parcela

¹⁰⁵ FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)... p. 230.

¹⁰⁶ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Comércio, Nação e Gênero: As negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro. 1835-1900. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira *et all. Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yeda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001. p. 410.

¹⁰⁷ REIS, Liana Maria. Colonizadores, africanos e escravidão: representações e identidades nas Minas Gerais do Século do Ouro. In: COSENTINO, Francisco Carlos e SOUZA, Marco Antônio de. *1500-2000: Trajetórias*. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva; Curso de História. 1999.p.69-82.

¹⁰⁸ Segundo Laird Bergad, os escravos nascidos no Brasil superam os africanos na Comarca de Vila Rica na década de 1790, ver BERGAD, Laird. W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 175.

preponderante dos escravos que habitavam o território mineiro, chegando a responder por entre 82,2% a 94,9% dependendo do período e do lugar¹⁰⁹.

Havia importantes variáveis que moldavam a população mancípia das Gerais, tais como: a comarca da região e sua ligação com um mercado fornecedor de mão de obra escrava no litoral, a ligação da economia mineira com o mercado externo à capitania e também a relação da América lusa com as regiões fornecedoras de mancípios na África.

As primeiras estimativas sobre o número de escravos nas Gerais indicam os seguintes dados: 27.909 em 1717, 31.500 em 1719, 34.939 em 1720 e 52.348 em 1728¹¹⁰. Durante a primeira metade do século XVIII, os africanos originários da África Ocidental eram maioria entre a força de trabalho compulsória das Minas e estavam concentrados em sua maioria na região central da capitania, Comarca de Vila Rica, local em que aconteceram as primeiras descobertas auríferas. Segundo Douglas Libby, no intervalo de 1716 e 1728, tal comarca absorveu entre 47% a 55% dos escravos importados para as Minas¹¹¹. Desses, a maioria era do grupo de procedência Mina, vindos da África Ocidental, mais especificamente da Baixa

¹⁰⁹ LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE, Pioneira, 1982. p. 50

¹¹⁰ BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 147.

¹¹¹ LIBBY, Douglas Libby. As Populações Escravas das Minas Setecentistas. Apud. RESENDE, Rodrigo Castro. *As "Nossas Áfricas"*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006. p. 83. Essa média se manteve por todo o período em que o imposto incidente sobre o ouro era a captação, ou seja, entre 1735-1749 BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880...* p. 155.

Guiné, através da forte ligação entre essa comarca e a capitania da Bahia propiciada pelo Caminho dos Currais do Sertão¹¹².

Rodrigo Castro Resende nos informa que em Vila Rica, no ano de 1718, 61% dos escravos que pagaram tributação do quinto eram da África Ocidental. Sendo que desses, 56% eram do grupo de procedência Mina. Os oriundos da África Centro-Ocidental eram 28% e a maioria era do grupo de procedência Angola, com 12%, seguido pelo grupo Congo, com 8%. Já na Vila de São João Del Rei, em 1719, a maioria dos escravos era da região Congo-Angolana, com 40% . Sendo os Mina apenas 17%¹¹³. Entendemos que tal fato se explica pelas proximidades e ligações existentes entre a Comarca de Vila Rica e a Comarca do Rio das Mortes com outras capitanias. A primeira tinha uma forte ligação com a Capitania da Bahia, através do chamado Caminho dos Currais do Sertão. Já a segunda, pela proximidade, estava mais ligada ao mercado do Rio de Janeiro. Segundo o próprio Resende:

as origens dos escravos *africanos* em Minas são *apriori* díspares para cada Comarca, por outro lado, esta característica da Capitania mineira é fortalecida pelas influências de outras Capitanias sobre Minas Gerais, especialmente àquelas fronteiriças a ela. Em função da influência da Bahia, através do *Caminho dos Currais dos Sertões*, nas comarcas do Norte mineiro e, do Rio de Janeiro, pelo *Caminho Novo*, nas regiões do sul de Minas, a

¹¹² A forte ligação dos comerciantes baianos com a África Ocidental já foi discutida no capítulo 01.

¹¹³ Existem outros trabalhos que tratam sobre a população mancipia de Minas Gerais, entretanto no basearemos principalmente nos dados apresentados Rodrigo Castro Resende em *As "Nossas Áfricas"* por três motivos: o autor apresenta dados do início e fim do século XVIII para as regiões do norte e do Sul da Capitania, o que nos permite ter uma idéia ampla acerca da população escrava de Minas Gerais, apresenta dados sobre a população escrava em Vila Rica durante nosso recorte de estudo e, por fim, devido a sua preocupação em estudar o universo de nações e representações sobre a população mancipia, seus dados sempre apresentam a origem dos escravos, dado não fornecido por outros autores como, por exemplo, BERGAR, Lair. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*.

população cativa do norte de Minas pode ter apresentado características mais contíguas às *nações africanas* da Bahia, i.e., a escravaria era em sua maioria da África Ocidental, enquanto que nas Comarcas do sul de Minas os escravos seriam por excelência da África Centro-Ocidental e Oriental, devido o tráfico mais estreito com o Rio de Janeiro¹¹⁴.

Entretanto, ao longo século XVIII ocorre um processo de *bantolização* e de *crioulização* da população mancipia de Minas Gerais. Em 1804, dos 1047 cativos de Vila Rica, apenas 5% eram da África Ocidental. Sendo a maioria crioulos, com 37%, seguidos pelos mancipios da África Centro-Ocidental, com 36%. Na Vila de São Jose Del Rei em 1795 dos 5.321 escravos, também apenas 5% eram da África Ocidental. A maioria, 54%, era da região Congo-Angolana e 39% eram crioulos¹¹⁵. Tal processo se deve, principalmente, a duas questões: a reprodução natural da população escrava nas Gerais e também a ligação crescente da Capitania com o Rio de Janeiro, que aumenta ao longo de todo o século XVIII se intensificando com o deslocamento do eixo econômico das Gerais do centro para o sul. Conseqüentemente ocorre maior importação de mancipios da região Congo-Angolana.

É sabido que após o declínio da produção aurífera em Vila Rica, a população deste termo teve seu poder aquisitivo diminuído. Sendo assim, a aquisição de escravos no mercado teve seu ritmo diminuído e a solução

¹¹⁴ RESENDE, Rodrigo Castro. *As "Nossas Áfricas"...* p. 94.

¹¹⁵ *Idem*, p. 84

encontrada para a manutenção do trabalho compulsório foi a reprodução natural dos mancípios¹¹⁶.

Já sobre o processo de *bantolização* é preciso se ter em mente duas questões. A primeira é a crescente participação os escravos bantos na população das Gerais. Ocasionalmente pela maior ligação da praça do Rio de Janeiro com as Minas que cresce ao longo do século XVIII e início do XIX. A segunda é a maior participação da Comarca do Rio das Mortes no contingente total de escravos. Como se sabe, ao longo do setecentos e começo do oitocentos essa região se torna o centro econômico da capitania de Minas Gerais e em consequência aumenta a quantidade de escravos por ela importados da praça mercantil do Rio de Janeiro. A maior preponderância da região pode ser medida pelo maior número de escravos de São José Del Rei em relação à Vila Rica, 5.321 e 1.047 respectivamente.

Para finalizar, se faz necessário que forneçamos dados sobre a população escrava em Vila Rica durante nosso recorte de estudo. Podemos ter uma idéia da demografia mancípiã nessa Vila, na segunda metade do século XVIII, através da análise dos livros de batismo de suas duas paróquias: Antonio Dias e Pilar. Segundo Resende, que estudou os livros de batismos da paróquia do Pilar, a tendência de aumento no número de batismos que se inicia na primeira metade do

¹¹⁶ A tese de reprodução natural entre a população escrava em Minas a partir de meados da segunda metade do século XVIII é defendida por muitos historiadores. Entre estes Laird Bergad Douglas C Libby nos trabalhos já citados.

século XVIII continua até a década de 1760, momento em que alcançou o pico de 1.158 batismos. Após estes anos o número de batizados decaiu e alcança o baixo nível de apenas 48 batismos no decênio de 1790.

Até a década de 1760 o número de batismos de escravos do grupo de procedência Mina por decênio é elevado. Na década de 1750 são batizados 300 (26% do total) escravos Mina e na década seguinte mais 221 mancipios deste grupo (35%), na década de 1770 são 38 (18%) e, por fim, apenas 9 sacramentos religiosos (16%). Assim sendo, a queda no número absoluta de batismos de forma geral, como também do grupo de procedência Mina especificamente, demonstram mais uma vez o que estamos enfatizando até o momento: decréscimo da população escrava em geral em Vila Rica e *bantolização* da população mancipia. Isso porque a sua baixa participação nos registros de batismo, aparece apenas na década de 1740 com 4 batizados e seu pico se dá no decênio de 1780, com 54 sacramentos religiosos, não reflete sua participação mais geral na escravaria, pois os mancipios saídos dessa região eram batizados antes de virem para o lado esquerdo do Atlântico.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a razão entre homens e mulheres na escravaria das Gerais, pois isso nos informar importantes relações da região com o mercado de escravos e também para termos uma idéia sobre participação das mulheres Mina no contingente total da escravaria de Vila Rica. Em 1718 havia, segundo Resende, 1.820 escravos nessa Vila, sendo 1.645 homens e 175

mulheres, com razão de 940. Entre os mancípios do grupo de procedência Mina eram 937 homens e 97 mulheres, com razão de 924. Já em São João Del Rei no ano de 1719 havia 355 escravos homens e 13 mulheres, com a altíssima razão de 2731. Entre os Mina, o quadro era de 62 homens e 4 mulheres e a razão era de 1550.

Já no fim do século do ouro e o início do século seguinte a razão caiu drasticamente. Em Vila Rica dos 1047 escravos, 568 eram do sexo masculino e 479 do sexo feminino e a razão era de 118. Entre os escravos da Baixa Guiné a razão era de 180, com 36 homens e 20 mulheres. E em São Jose Del Rei tínhamos 3.822 homens e 1.499 mulheres, com razão de 255 e entre os Mina a razão era de 227, com 161 mancípios do sexo masculino e 71 do sexo feminino¹¹⁷.

O declínio da razão entre homens e mulheres ao longo do século XVIII e início do século XIX demonstra, mais uma vez, o que já dizemos: o crescente processo de crioulização da população das Gerais, pois como já ressaltado várias vezes pela historiografia quanto maior a razão homem e mulher, maior a ligação da região com os mercados abastecedores de escravos da África.

Pelo exposto, acreditamos que no período por mim estudados a população Mina tinha forte presença social e numérica na região de Vila Rica. Isso porque, apesar de os números absolutos deste grupo de procedência em relação a população escrava como um todo decair sua proporção na sociedade era elevada,

¹¹⁷ RESENDE, Rodrigo Castro. *As "Nossas Áfricas"...* p. 183. (Anexos).

pois os Mina chegaram em grande quantidade até a década de 1760. Além disso, conseguiram se manter como preponderantes em alguns tipos de fontes como testamentos, cartas de alforria e inventários para períodos posteriores a este, indicando forte atuação de grupo entre estes escravos, fato que retomaremos mais a seguir.

Antes de tratarmos da atuação de grupo entre os Mina, resta-nos estabelecer como estes eram vistos pelo diferente, ou seja, tanto pelo colonizador, como por outros grupos de escravos e de libertos da sociedade mineira.

Uma das imagens mais recorrentes sobre os Mina era sobre sua agilidade na procura do ouro. Fato que tem embasamento no conhecimento de vários grupos étnicos provenientes da Baixa Guiné sobre técnicas de produção aurífera.

Outra freqüente associação feita pelos mineiros, como também por habitantes de outros lugares da América lusa, é a dos Mina serem mais propícios a revoltas, em contraponto aos Angola e crioulos, que seriam mais pacíficos. Exemplo cabal de tal visão é a carta que o rei D. João V escreveu para o governador de Minas. D. Lourenço de Almeida, em 1725, postada como uma das providências que foram tomadas após o fracasso de um incipiente levante escravo em 1720:

os negros intentarão sobrelevaremse contra os brancos, o q. conseguiriam, se não houvesse entre elles a diferenca de que os negros de Angolla queriam que fosse Rey de todos húm dos do seo Reyno, e os Minas tambem de q. fosse da Sua mesma pátria [...] [Como providência para evitar levantes

escravos futuros, o Rei determina que] se vam para essas minas os negros de Angolla pois Se tem visto que estes sam mais confidentes e mais sogeitos e obedientes do q. os minas a quem o seo feroz e valentia pode animar a entrarem em algua deliberação de se opporem contra os brancos¹¹⁸.

Percebe-se claramente na passagem que os Mina eram vistos pelas autoridades colônias como indivíduos aptos a matarem os brancos e a subverterem a ordem vigente com revoltas.

Por fim, uma forma de ver como os próprios grupos africanos se viam é o estudo das irmandades negras. Para Marcos Aguiar “*a sociabilidade confrarial constituía um dos quadros mais expressivos da construção de identidade cultural e de ação coletiva entre os negros*¹¹⁹”. Além disso, o mesmo demonstra a importância das irmandades religiosas no território mineiro quando demonstra a disseminação destas por todo o território das Gerais. As confrarias negras se espalhavam por onde houvesse escravos, forros e seus descendentes. Nas palavras do autor:

a quase totalidade das freguesias mineiras contava com confrarias negras e mulatas (...) Minas detinha um panorama excepcionalmente rico de vida associativa, mesmo se levarmos em conta os parâmetros oferecidos por Portugal e outros locais, como a França de Midi¹²⁰.

¹¹⁸ Carta do Rei de Portugal, D. João V, ao Governador das Minas, D. Lourenço de Almeida de 18 de junho de 1725.APM. S.C. Cód. 23; fl. 47.apud RESENDE, Rodrigo Castro. ... p. 145

¹¹⁹ AGUIAR, Marcos Magalhães de Aguiar. *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil colonial*. São Paulo: FFLCHH, USP, 1999. p. 236. (tese de doutorado)

¹²⁰ *Idem*, 240.

Segundo o mesmo autor, as irmandades do Rosário dos homens pretos eram as mais prestigiadas do período entre essas instituições de homens negros e mulatos, contando com o maior número de irmãos e maiores rendas. Aguiar não encontrou exclusão de nenhum grupo étnico escravo africano ou nascido na América Portuguesa de participar como irmão na dita irmandade¹²¹. Entretanto, o controle da mesa diretora de tais irmandades era feito pelos Mina. Isso também ocorre na Irmandade do Rosário de Mariana. Segundo Fernanda Pinheiro¹²², dos 723 irmãos que assentaram como membros da mesa diretora, 334 (46%) eram do grupo de procedência Mina.

Caio César Boschi, maior estudioso do tema nas Minas, confirma tal possibilidade ao argumentar que as irmandades em vários momentos procuravam segregar grupos étnicos tidos como diferente das suas mais diversas esferas de atuação. O que pode ser feito com restrições a entrada de irmãos, como pelo controle da mesa diretora das mesmas. Segundo o próprio autor:

“(...) tudo indica que a base tribal tenha se constituído em pré requisito para a admissão em certas irmandades de negros, nas quais se evitou intencional e propositalmente a mistura entre tribos e nações diferentes nas mesmas irmandades”¹²³.

¹²¹ Ibidem, p. 380-381.

¹²² PINHEIRO, Fernanda. *Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana – Minas Gerais (1745-1820)*. Niterói: UFF, Departamento de História, 2006. p. 129.

¹²³ BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986. p. 153-154.

Faz-se necessário, para completar a argumentação tecida em todo capítulo, uma pequena análise da participação do grupo de procedência Mina em fontes que demonstram acúmulo de pecúlio e prestígio social, como testamentos, inventários, cartas de alforria, participação em irmandades, entre outras.

Para a região da Comarca de Vila Rica alguns números apontam preponderância do grupo de procedência Mina nesses diversos tipos de fontes supracitados. Cláudia Mol, ao estudar as mulheres forras em Vila Rica, identificou que dentre os 104 inventários e/ou testamentos deixados 55% (57) eram da Costa da Mina, 19% (19) eram crioulas e 25% (26) não declararam sua origem¹²⁴. Marcos Aguiar também constatou algo semelhante através do estudo de cartas de alforria e testamentos, também em Vila Rica, entre os anos de 1758 a 1799. Das 966 cartas de alforria encontradas pelo autor, 57% eram de mulheres. E 479 cartas de alforria eram de africanos. Destas, 270 eram de sudaneses, tendo neste total 211 do grupo de procedência Mina¹²⁵. No grupo Mina a maioria das alforrias eram pagas e conquistadas por adultos. O autor também estudou testamentos, tanto da esfera civil quanto da esfera religiosa, entre os anos de 1757-181, encontrando 290. Destes 62% eram de africanos, 17% crioulos, 20% pardos, 1% não identificado. Quando se coloca a variável gênero, 62% dos

¹²⁴ MÓL, Cláudia Cristina (2002). *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Faculdade de Ciências Humanas, Letras e História da UFMG. p. 19-49.. É importante ressaltar que Mól não pesquisou os testamentos da esfera civil.

¹²⁵ AGUIAR, Marcos Magalhães de Aguiar. *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil colonial*. São Paulo: FFLCHH, USP, 1999. p. 15-34. (tese de doutorado)

testados eram mulheres. Quanto a etnias, 50% (143) dos testados eram sudaneses, sendo que destes 126 eram da Costa da Mina¹²⁶.

É importante ressaltar que ambos os autores não se preocuparam em estudar, com maior cuidado, diferenças étnicas tão fortemente apontadas em seus trabalhos. Ambos tinham em mente que sua homogeneidade se dava entre os forros e não entre uma outra etnia ou grupo de procedência. Entretanto, os dados acima demonstram que os Mina e, sobretudo, as mulheres deste grupo, têm participações altíssimas em uma fonte que, entre outros aspectos, destaca os forros que acumularam pecúlio, seja para comprar sua alforria, seja para ter bens que justificaram abertura de inventários e testamentos. Por isso, achamos que uma pesquisa que vise estudar o grupo de procedência Mina é de muita importância para esclarecimento de como se desenhou e de como se modificou ao longo do tempo e do espaço a escravidão no Brasil colonial.

3.2 Entre secos e molhados: a participação das mulheres Mina no pequeno comércio e a construção de identidades

Alguns trabalhos, além dos já citados, mais recentes vêm demonstrando que as mulheres do grupo de procedência Mina dominavam a participação africana no comércio. Em Mariana, Puff encontrou 455 mulheres que

¹²⁶ AGUIAR, Marcos Magalhães de Aguiar. *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil colonial*. São Paulo: FFLCHH, USP, 1999. (tese de doutorado) p. 35-50.

participaram do pequeno comércio, destas 142 eram forras. O autor encontrou 5 inventários, dentre os quais 4 eram de mulheres da Costa da Mina¹²⁷.

Nesta parte do texto, enfatizarei o predomínio das mulheres Mina frente ao pequeno comércio comparado a mulheres de outros grupos africanos. Para tal, tentamos identificar inventários ou testamentos de todas as 103 mulheres forras que tiraram licença para venda nas freguesias de Ouro Preto ou Antonio Dias entre os anos de 1773 e 1794.

Feito o cotejo identificamos 4 testamentos sobre nosso objeto¹²⁸. Como era esperado, todas as 4 fontes encontradas se referiam a mulheres do grupo de procedência Mina. São elas Ana da Silva Ribeiro¹²⁹, Antonia de Menezes¹³⁰, Quitéria da Silva Santos¹³¹ e Quitéria Ribeiro¹³².

Apesar de não termos encontrado testamento ou inventários, identificamos outras mulheres forras em outras fontes. Por exemplo, Tereza Machado, forra que apareceu nos registros de licença por 12 anos seguidos; e Josefa Pereira Lima, por 11 anos como dona de uma venda, aparecem como testemunhas processos

¹²⁷ PUFF, Flavio Rocha. O pequeno comércio nas Minas setecentista: estabilidade, diversidade e hierarquia (Camargos e Mariana 1716-1755). Juiz de Fora: UFJF, 2007. p. 116.

¹²⁸ Ressaltamos que o número de mulheres com testamentos pode ser ainda maior, pois pesquisamos os testamentos contidos na Casa dos Contos somente até 1800. Como os registros de licença vão até 1794, há grandes chances de alguma mulher forra constante nos registros ter falecido no século XIX. E também não cotejamos nosso banco de dados com todos os testamentos contidos no Arquivo Histórico da Casa do Pilar, porque infelizmente o mesmo encontra-se desde dezembro em reforma e com seus dados interditados para pesquisa. Podemos identificar novos testamentos também neste arquivo.

¹²⁹ CC, FINSP, Rolo 112, Vol 1933.

¹³⁰ ACP, LRT, vol 6, fs. 112v-115.

¹³¹ ACP, LRT, vol. 07, fs. 19v-25v.

¹³² ACP, LRT, vol. 12, fs. 38-40.

analisados por Marco Antonio Silveira em sua tese de doutorado¹³³. Já Josefa de Siqueira aparece como testemunha em uma dos 122 autos de devassa estudados por Carmem Lemos¹³⁴. Acreditamos que pesquisar em tais fontes pode fornecer preciosas informações sobre nosso grupo de procedência

Como dissemos, o fato destas mulheres deixarem testamento ou inventários significa que conseguiram acumular pecúlio suficiente que justificasse a feitura de tais documentos para designar quem seriam seus herdeiros. E mais, o grupo de procedência Mina, e em especial as mulheres do grupo, tinham maior capacidade de acumular bens a ponto de Aguiar assim se referir a tal grupo:

Os crioulos acumularam bens em proporção bem inferior a que eram alforriados. Entre os africanos, os sudaneses provaram a sua maior aptidão aos condicionantes econômicos da vida colonial e alcançaram taxa mais acentuadas de alforrias proporcionalmente à sua expressão no contingente populacional, na capacidade de acumulação patrimonial, a superação foi ainda mais evidente¹³⁵.

Além disso, deve-se evidenciar que o maior número de testamentos encontrados por mim do que inventários têm ligação com o pouco número de mulheres Mina que se casaram ou tiveram filhos. Das 180 mulheres forras pesquisadas por Aguiar, apenas 47 eram casadas, 1 era divorciada e 29 eram viúvas. A grande maioria, 103, era solteira. Como nos informa Faria, só haveria

¹³³ SILVEIRA, Marco Antonio. Fama Pública. Poder e costumes nas Minas setecentistas. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. p.322-394 (apêndice - rol de testemunhas).

¹³⁴ LEMOS, Carmem. *A justiça local: os juizes ordinários e as devassas da comarca de Vila Rica (1750-1808)*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH. s/p. (Anexo - Testemunhas ouvidas nas devassas)

¹³⁵ AGUIAR, Marcos Magalhães de Aguiar. *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil colonial ...* p. 38.

necessidade de se fazer inventário para os indivíduos que herdeiros necessários, como pais, irmãos ou filhos¹³⁶. Além disso, o universo documental de testamentos para Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, é bem maior em número de testamentos de mulheres forras do que de inventários. Aguiar, como já dissemos, encontrou 180 testamentos de mulheres forras, Mol em contrapartida encontrou apenas 49 inventários para o mesmo de período do grupo social em questão.

Ainda sobre o acúmulo de bens, deve-se ressaltar que em todos os testamentos das mulheres Mina aqui estudados, as mesmas fazem questão de ressaltar que conseguiram seu patrimônio através de sua “indústria e trabalho”. A Mina Antonia Menezes ainda fez questão de ressaltar em seu testamento que além de comprar sua alforria, comprou também a de seu esposo, José, também preto forro. Já Ana da Silva Ribeiro ressaltou em seu testamento que comprou sua liberdade de Catarina da Silva.

Outra característica que chama a atenção sobre estas mulheres é sua estabilidade frente ao pequeno comércio. Todas ficaram a frente de sua venda por mais de 09 anos. Ana da Silva Ribeiro por 14 anos, Quitéria da Silva Santos por 12 anos e Quitéria Ribeiro por 09. Atuaram tempo suficiente para acumular pecúlio e tecer solidariedades tendo como um das referências o pequeno comércio.

¹³⁶ FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850) ... p. 181.

3.2.1 Acúmulo patrimonial, matrimônio e descendência

Apesar de os testamentos não nos darem a noção exata dos bens de uma pessoa, pois não constam o valor dos mesmos, nos fornecem importantes dados sobre o sucesso de estratégias de acúmulo de bens de um indivíduo. Isso porque, normalmente, há uma descrição sumária dos bens da pessoa que fez o testamento.

Sendo assim, todas nossas mulheres tinham importantes bens a legar¹³⁷. Quitéria da Silva Santos foi, sem dúvidas, a que teve maior sucesso no acúmulo patrimonial. Declarou ter 01 venda, 01 casa, 05 escravos (Ana crioula Manoel e um crioulinho ambos filhos desta, Ana Angola, Joana Mina), 98 oitavas de ouro lavrado, jóias (inclusive com diamantes), enxoval com roupas de cama sofisticadas, louças da Índia. Além disso, 12 sacerdotes das irmandades do Rosário de Ouro Preto e também da irmandade de São Miguel das Almas deveriam acompanhar seu enterro. Ela era solteira e não teve filhos.

Ana Menezes, em seus testamento, declarou ser proprietária de 5 escravos (Josefa Mina, Josefa Nagô, Matheus Angola, Isabel Angola e Joaquina crioula), 1 venda, 1 casa. Era casado com José, preto forro, que a mesma comprou, para que pudesse com ele se casar, por 182 oitavas de ouro. Teve três filhos.

¹³⁷ Não poderemos apresentar os dados de Quitéria Ribeiro porque o Arquivo Histórico da Casa do Pilar encontra-se desde dezembro de 2007 até a presente data em reformas e com seus arquivos fechados para consulta.

Ana Silva Ribeiro deixou dois escravos (Felix Angola e José crioulo). Não teve filhos e era casada com José da Silva Conceição.

Como se vê, o investimento destas mulheres era em sua maioria em escravos e depois em bens imóveis. Padrões parecidos com o de outros estratos sociais de Vila Rica no período. Entretanto, comparados aos bens conquistados pelos homens e mulheres forros, mais uma vez as mulheres Mina tem participação destacada. Dos 290 testamentos de forros, incluindo homens e mulheres, estudados por Aguiar, 138 tinham entre 1 e 3 escravos e apenas 52 tinham entre 04 e 05 escravos¹³⁸, posse média de todas as mulheres Mina por mim estudadas e que só não foi alcançada por Ana Silva Ribeiro.

Em relação a descendência, das 04 mulheres que temos dados, apenas Ana Menezes teve filhos, ou seja, 75% delas não foram mãe. Dado freqüente entre as mulheres Mina em Vila Rica e em outras regiões. Aguiar informa que das suas testadoras apenas 35% tiveram filhos¹³⁹. Faria informa dados ainda maiores, em São João Del Rey 83% das mulheres Mina não tiveram filhos e no Rio de Janeiro 78%. Segundo a mesma autora, isso se deve a uma ação consciente das mulheres Mina, que não encontraram na América Portuguesa condições adequadas culturalmente para serem mães¹⁴⁰.

¹³⁸ AGUIAR, Marcos Magalhães de Aguiar. *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil colonial ...* p. 42.

¹³⁹ *Idem*, p.35.

¹⁴⁰ FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey ...* p. 191.

A porcentagem considerável de mulheres Mina sem filhos nos coloca uma importante questão: para quem era destinado os bens acumulados por estas mulheres? Aguiar ao constatar tais dados nos fornece interpretação reveladora:

a importante proporção de solteiras e viúvas, juntamente com a ocorrência regular de casais sem filhos, fazia com que se intensificassem as relações informais e exteriores ao parentesco. Nesses contextos, as relações senhor/escravo estreitavam-se e, em determinadas situações, formavam-se pequenas comunidades. Os gestos de redistribuição patrimonial recriavam a comunidade negra a partir de relações instauradas pela escravidão¹⁴¹.

Para o autor, na falta de filhos, seriam os escravos que ficariam com o patrimônio das mulheres africanas. Dado essencial em nossa argumentação e que retomaremos em outra parte do texto. As mulheres Mina criaram, na ausência de filhos, uma outra *familia* – uma *familia* de mulheres escravas, ex-escravas e suas *crias*. E era esta que deveria receber atenção, aprendizado e os bens angariados durante sua vida.

Já sobre casamento, 02 das 03 mulheres por mim estudadas eram casadas. Para Faria, a porcentagem de libertas Mina casadas era expressiva. Segundo Aguiar, o alto número de mulheres casadas sem filhos reflete que o casamento não tinha como objetivo procriação, sendo mais uma atitude em que se objetiva estabilidade, proteção e acúmulo de patrimônio. Porém, ambos autores fazem uma observação semelhante, por mim também constatada, a pouca participação dos homens no acúmulo de bens do casal. Para Aguiar: “*algumas mulheres com*

¹⁴¹ AGUIAR, Marcos Magalhães de Aguiar. *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil colonial ...* p. 36.

histórias conjugais infelizes faziam questão de definir com precisão a sua participação no patrimônio familiar¹⁴²”. Já Faria assim se expressa: “Nos testamentos, foi comum a menção à insatisfação das mulheres com maridos em relação aos bens. Em nenhum testamento de homem houve crítica explícita à mulher¹⁴³”.

Encontramos caso semelhante com Antonia Menezes, como já informamos, esta comprou a alforria do esposo, que estava preso por dívidas. A esposa já tinha sofrido com processos devido as dívidas de seu companheiro.

3.2.2 Participação em Irmandades

Como já informamos, as mulheres forras tiveram participação massiva em. Segundo Aguiar 249 testados pertencia a alguma irmandade, sendo que 194 eram da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Das 3 testadas, apenas Ana Ribeiro da Silva diz ser apenas irmã de uma das irmandades do Rosário. Tanto Quitéria da Silva Santos, como Ana Menezes informaram ser da mesa diretora da irmandade do Rosário como juíza.

Entendo que possivelmente as mulheres Mina controlaram a mesa de direção da Irmandade do Rosário de Ouro Preto. No FINSF existe o livro de

¹⁴² *Idem*, p. 42.

¹⁴³ FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey ... 198.

eleição da dita irmandade para os anos de nossa pesquisa. Assim sendo, um estudo que compreenda estas fontes pode confirmar mais esta nossa hipótese.

3.2.3 As mulheres pequeno comércio: uma herança africana

Enfatizei, baseado em vários trabalhos, que o predomínio das mulheres Mina entre os grupos africanos no comércio tanto na sua modalidade volante, como na fixa em é extremamente evidente em várias localidades da América lusa. Cremos que isso se deve, principalmente, a uma herança africana. Em ambientes urbanos como o Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais as mulheres provenientes da Costa da Mina souberam se utilizar de tal aprendizado, conquistando importante patrimônio e bem sucedidas estratégias de ascensão social. A tal fato soma-se a inexistência de trabalhos que digam que crioulas, pardas, mulatas, cabras ou mestiças tenham deixado importantes legados materiais em inventários ou testamentos, nem muito menos tivessem participação destacada no comércio a retalho.

Mais uma vez é Faria quem nos fornece dados suficientes para embasarmos nossa principal afirmação. A autora cita vários trabalhos que comprovam a alta participação feminina, quando não a exclusividade dessa participação frente ao comércio a retalho, na região da África Ocidental. Mais ainda, cita pesquisas sobre a África Centro-Ocidental que informam existir

importantes comércios varejistas nesta região, sem haver predomínio feminino na modalidade. Deixemos a própria autora comentar sobre o tema:

Nenhum dos autores citados refere que a mulher banto tivesse como uma de suas atividades o comércio, embora Figueira analise amplamente as práticas comerciais dos povos de Angola, lugar em que havia grandes mercados. Em momento algum nos informa sobre os negociantes, sua origem e sexo¹⁴⁴.

Já sobre a África Ocidental a autora cita que mulheres de vários grupos étnicos tinham participação ativa no comércio em muitas regiões dessa parte da África. Toyin Falola em estudo sobre as comunidades pré-colônias ioruba conclui que os homens se dedicavam quase que totalmente à agricultura e ao artesanato e as mulheres na preparação de alimentos e no comércio. Também havia uma divisão sexual do trabalho entre os esan, etnia que fazia parte do reino de Benin, hoje Nigéria. Segundo Onaiwu Ogbomo neste grupo étnico cabia aos homens a produção de mandioca e às mulheres a produção de outros alimentos como pimenta e algodão. Entretanto, a comercialização de todos esses produtos era exclusividade feminina. Sendo assim, acredito que foi a divisão sexual do trabalho existente na África que impediu, em várias partes da América lusa, a concorrência de homens africanos na venda de molhados nas vilas e cidades da margem esquerda do Atlântico.

Outra importante informação constante nas conclusões de Faria é sobre o sistema de heranças na África Ocidental, em que tanto entre os iorubas como

¹⁴⁴ *Idem*, p. 238.

entre os esan, era proibido a uma mulher alocar terra e herdar herança de seus pais ou cônjuge. Ou seja, neste vários domicílios a mãe cabia a tarefa de ensinar seus filhos, principalmente as mulheres, pois não tinham direito à herança, estratégias para conseguir sua sobrevivência com seu próprio trabalho. Assim sendo, essas mulheres transmitiam as suas filhas o que era de exclusivo na divisão sexual do trabalho, a participação feminina no mercado. Nas palavras de Faria: *“São estes os fatores que faziam com que as mulheres buscassem independência de recursos e de rendimentos, de modo que garantissem para as filhas e, no final das contas, para si próprias, um futuro seguro¹⁴⁵”*.

3.2.4 Domicílios femininos, transferência de patrimônio e a transmissão do saber

Como já expus, muitas mulheres Mina não deixaram herdeiros diretos. Isso resultaria na escolha de outros herdeiros dentre as pessoas próximas a estas. Como essas mulheres viviam em domicílios majoritariamente femininos, habitados por suas escravas e seus filhos e alguns escravos a constatação a ser feita é que seriam estas as herdeiras do patrimônio acumulado por essas mulheres Mina. Na ausência de filhos criaram uma *família* de mulheres escravas, ex-escravas e suas *crias* e era para esta que iriam boa parte de seus ensinamentos e bens.

¹⁴⁵ A autora desenvolve a argumentação aqui exposta em FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey ... p. 231-37.

Dentre os 12 escravos das mulheres que pesquisei, 7 eram mulheres. Entre as escravas compradas, a maioria era africana (2 Mina, 1 Nagô e 02 angolas), as outras dois eram crioulas, sendo uma, filha de uma mancipia. E dos 05 homens, dois eram filhos de escravas da prole destas. Apenas três escravos do sexo masculino foram comprados por estas mulheres. Tal fato demonstra que essas mulheres viviam em domicílios preponderantemente femininos e africanos. Entendemos que a compra de escravos do mesmo sexo por parte destas mulheres é uma ação deliberada que tinha como principal justificativa sua principal ocupação, a venda. Ou seja, suas escravas a ajudariam nesta atividade comercial. Assim, entre os escravos de Antonia Menezes, 04 eram mulheres; entre os de Quitéria Silva Marques, 03 eram do sexo feminino e os dois (1 mulher e 1 homem) eram filhos das escravas Joana Mina e Ana Angola, respectivamente.

Outro dado impressionante é o número de alforrias feitas por essas mulheres. Todas as escravas foram alforriadas (sendo 03 gratuitamente). Dentre os três homens comprados no mercado, apenas 01 foi alforriado onerosamente. Já os dois filhos de escravos foram libertados sem ônus financeiro para as mães. Tais dados são enfáticos em demonstrar relações sentimentais entre as mulheres e suas escravas.

A destinação dos bens também beneficiou os domicílios femininos. Quitéria da Silva Marques além de deixar bens para suas escravas Joana Mina e

Ana crioula, deixou como sua única herdeira a sua ex-escrava Ana angola, que passou a se chamar Ana Silva Marques. Já Ana Silva Ribeiro deixou como seu único herdeiro o crioulo Joaquim, filho de sua ex-escrava Joana.

Acredito que tais dados demonstram o surgimento de relações de parentesco ritual com relações maternais e escravistas que formaram comunidades escravas com identidades específicas, como argumenta Robert Slenes¹⁴⁶ para a região do sudeste brasileiro nos séculos XVIII e XIX. Tal fato ganha mais evidência quando incorporamos a argumentação de Bush¹⁴⁷ de que é através da mulher que as culturas africanas se perpetuavam no Novo Mundo através dos ensinamentos e a preservação da memória que estas mulheres propiciavam aos seus familiares, mesmo não sendo descendentes diretos. Mesmo sendo a origem étnica diferente, essas mulheres consideraram todas as mulheres que estavam ao seu redor como sendo sua família e assim as trataram.

Pelo exposto ao longo de todo o trabalho acredito que o grupo de procedência Mina detinha particularidades que o distinguia dos demais. Isso na forma de obter alforria, em casamentos, na criação de descendência, na composição das escravarias, na participação e lugar ocupado em irmandades e na concessão de alforria. Mais uma vez nos valem de Faria para corroborar nossa opinião:

¹⁴⁶ SLENES, Robert (1999). *Na Senzala uma Flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava – Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

¹⁴⁷ BUSH, Barbara. *Slave women in Caribbean society - 1650-1838*. Kingston: Heinemann, 1990.

A impressão que tenho, depois da leitura de dezenas de testamentos, é de que o mundo criado por estas mulheres era composto de vários comportamentos similares. Tenho convicção de que elas ensinavam a suas escravas, futuras *damas mercadoras*, na feliz expressão de Charles Ribyrolles, a forma de agir e de sobreviver na sociedade brasileira.(...) todo ensinamento que faria parte da *boa criação* (...) Não repudiavam a escravidão, mas davam a suas escravas instrumentos possíveis de suportar e superar a sua condição. A *boa criação* não necessariamente passava pela possibilidade de alforria gratuita. Quase todas as *sinhás-pretas* minas exigiam pagamento para alforriar suas escravas, mas era a elas que deixavam como herdeiras ou lhes destinavam bens em seus testamentos. Antes, porém, lhes transmitiam seus conhecimentos. Formavam, com elas, suas *famílias*¹⁴⁸.

¹⁴⁸ FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey ... p. 245.

Conclusão

Viver numa sociedade baseada em preceitos de Antigo Regime e em que tais preceitos foram ainda mais hierarquizados devido à escravidão exigiu dos sujeitos estratégias de ascensão social que estivessem entre a “gama de possíveis” dos mais variados grupos sociais que habitavam a América lusa.

Entendo que as mulheres do grupo de procedência Mina souberam se valer das condições que o ambiente urbano de Vila Rica propiciava para desenvolver seu saber aprendido ainda em sua vida no lado direito do Atlântico e conseguir obter uma condição privilegiada em comparação ao grande número de sujeitos sociais que, como elas, chegaram ao Novo Mundo pertencendo ao extrato mais baixo da dita sociedade, os escravos.

Por fim, saliento que muito ainda pode ser feito para elucidar melhor a vida deste grupo de procedência. Os arquivos mineiros, devido a sua riqueza, possibilitam ao historiador se deparar com seu objeto em diversas situações e por um razoável período de tempo. Sendo assim, pretendo continuar a conhecer a vida deste destacado grupo de mulheres que habitaram a região dos Inconfidentes.

Bibliografia

Artigos

ANASTASIA, Carla Maria Junho *et al.* Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica. In: *Oficina da Inconfidência*. Revista do Trabalho, ano 1, número 0, dezembro de 1999.

FLORENTINO, Manolo. “Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa”. In: *Topoi*, Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 7 Letras. 2002.

FRAGOSO, João Ribeiro. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 29, 2002. p. 42-59.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar & SILVA, Helenice Carvalho da. Via Bahia: a importação de escravos para Minas Gerais através do Caminho do Sertão, 1759-1772. CEDEPLAR/Diamantina, 2006.

MOTT, Luiz. “Subsídios à História do pequeno comércio no Brasil”. In: *Revista de História*, vol. 53, nº 105, 1976, p. 81-106.

PEREIRA, Magnus R. de M. *Almuthasab* – considerações sobre o direito da almotaxaria nas cidades de Portugal e suas colônias. In: *Revista Brasileira de História*, p. 365-396.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 12, dez. de 2001. p. 11-49.

SOARES, Mariza. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem. *Estudos afro-asiáticos*, ano 26, maio-ago., 2004/2. p. 303-330;

_____. “O império de Santo Esclabão na Sociedade do Rio de Janeiro”. *Topoi*. Rio de Janeiro, março de 2002. p. 59-83.

Dissertações e teses

ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons*: produção e hierarquização social em Minas Colonial (1750-1822). Rio de Janeiro: UFF, 2001. ((tese de doutorado).

CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (tese de doutorado)

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. (tese para concurso de professora titular)

LEMOS, Carmem. *A justiça local*: os juízes ordinários e as devassas da comarca de Vila Rica (1750-1808). FAFICH/UFMG, 2003. (dissertação de mestrado)

MÓL, Cláudia Cristina (2002). *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Faculdade de Ciências Humanas, Letras e História da UFMG. (dissertação de mestrado)

PINHEIRO, Fernanda. *Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana – Minas Geras (1745-1820)*. Niterói: UFF, Departamento de História, 2006. (dissertação de mestrado)

PUFF, Flavio Rocha. *O pequeno comércio nas Minas setecentista: estabilidade, diversidade e hierarquia (Camargos e Mariana 1716-1755)*. Juiz de Fora: UFJF, 2007. (dissertação de mestrado)

RESENDE, Rodrigo Castro. *As “Nossas Áfricas”*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006. (dissertação de mestrado)

SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2007. (dissertação de mestrado)

SILVA, Flávio Marcus. *Subsistência e poder: a política de abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. (tese de doutorado)

SILVEIRA, Marco Antonio. *Fama Pública. Poder e costumes nas Minas setecentistas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. (tese de doutorado)

Livros

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *Trato dos Videntes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. 2 v.

BARTH, Frederik. O grupo étnico e suas fronteiras. In. _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. (org. Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais 1720-1888*. São Paulo: EDUSC, 2004.

BOSCHI, Caio C. Nem tudo que reluz é ouro. In SZMRECSANYI, Tamás (org). *História Econômica do período colonial*. São Paulo: HICITEC, 1996.

_____. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BOXER, Charles. *Relações raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

BUSH, Barbara. *Slave women in Caribbean society - 1650-1838*. Kingston: Heinemann, 1990.

CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTRO, A. B. de. A economia política, o Capitalismo e a escravidão. IN. LAPA, Jose R. do A (org). *Modos de produção e a realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. p 67-108.

CASTRO, Hebe. História Social. In. CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo. (orgs). *Domínios da História*. Campus: Rio de Janeiro, 1997. Trad. Nair Lacerda. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUNU, Pierre. *Expansão europeia do século XIII ao XV*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1984.

CHAVES, Cláudia. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Anablume, 1999.

CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros*. O Tráfico de Escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Iraci Del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1982.

_____. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: editora Pioneira, 1979.

CURTIN, Philip. *The Atlantic slave trade – A census*. Madison: Wis., 1979.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. 1ª. ed. entre 1834 e 1839, Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Martins, 4. vols, 1989.

DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ELTIS, David. *Economic growth and the ending of transatlantic slave trade*. Nova York, 1987.

ENDER, Thomas. *Viagens ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender*. Rio de Janeiro: Petrobrás/BBA/Prefeitura do Rio de Janeiro, 2001.

EXPILLY, Charles (1977). *Mulheres e Costumes do Brasil*. 2ª. ed., São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL.

FIGUEIREDO, Luciano de Almeida. *Barrocas Famílias*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

_____. (coord. Geral). *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2 v.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em Costas Negras: uma História do Tráfico atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano em Mariana: sua formação e suas representações. In. *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensas Universitárias da UFOP, 1998. p. 27-65

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

FURTADO, Junia Ferreira & VENÂNCIO, Renato Pinto. Comerciantes, tratantes e mascates. In: PRIORE, Mary Del(org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado nos 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GENOVESE, Eugene. *Roll, and Rol. The world the slaves made*. New York: Pantheon, 1974.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In. _____. *A micro história e outros ensaio*. p. 159-180.

GUTMAN, Hebert G. *The Black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Vintage, 1976.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência – escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. São Paulo: Record, 2006.

KARASCH, Mary C.. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808- 1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão*. Trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MANNING, Patrick. *Slavery and African life: Occidental, Oriental and African slave trades*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. séculos XVIII-XIX*. Berlin: Wiss. Verl., 2002.

PANTOJA, Selma. Dimensão Atlântica das quintandeiras. In FURTADO, Junia (org). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

RAMOS, Donald. *A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*. Flórida: The University of Florida, 1973.

REIS, João José Reis. *A Rebelião escrava no Brasil*. A história do levante dos malês (1835). São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

REIS, Liana Maria. Colonizadores, africanos e escravidão: representações e identidades nas Minas Gerais do Século do Ouro. In: COSENTINO, Francisco Carlos e SOUZA, Marco Antônio de. *1500-2000: Trajetórias*. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva; Curso de História. 1999.p.69-82.

REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. História – descrições – viagens – colonização. Edição bilíngüe (francês-português). 3 tomos em 1 vol. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, s/d.

ROSENTAL, Paul-André. Frederik Barth e a micro-historia. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Comércio, Nação e Gênero: As negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro. 1835-1900. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. *Escritos sobre História e Educação*:

SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava – Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SOARES, Mariza Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- SOUZA, Marina de Mello. *Reis Negros no Brasil escravista*. História da festa de coroação do Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- SCHWARTZ, Stuart B. (1988) *Segredos Internos*. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elviesier, 2004.
- VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VENANCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara (1711-1808). In. *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP,
- VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.
- ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1990.

Anexo 01

Relação das Mulheres forras que registraram Licença para vendas

Em Antonio Dias e Ouro Preto por mais de 05 anos (1773-17994)

Nome	Numero de Licenças
Ana Gomes de Carvalho	07
Ana Gonçalves	07
Ana Lopes	22
Ana Ribeiro da Silva	14
Antonia de Menezes	06
Catarina Antonia Moniz	06
Francisca Xavier	10
Germana Arcangela	07
Gertrudes Dias	14
Ignes de Castro	11
Joana Roiz dos Prazeres	19
Josefa de Siqueira	15
Josefa Machada	06
Josefa Pereira de Lima	12
Quiteria da Silva Marques	20
Quiteria da Silva Santos	08
Quiteria Ribeiro	09
Rita da Silva	07
Tereza Machado	14
Vitoriana Machado	11